



# SETOR AGRÍCOLA E AGROALIMENTAR

DIAGNÓSTICOS E RELATÓRIOS SETORIAIS

NAS ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO

DIAGNÓSTICOS E RELATÓRIOS SETORIAIS

NAS ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO



**SETOR AGRÍCOLA  
E AGROALIMENTAR**

# ÍNDICE

6	INTRODUÇÃO	62	<b>3. ANÁLISE RETROSPETIVA</b>
8	<b>1. APRESENTAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA E AGROALIMENTAR</b>	66	<b>4. ANÁLISE PROSPETIVA</b>
9	1.1 Área de Estudo	67	4.1 Previsibilidade de crescimento
10	1.2 Setor Agrícola e subsetores	70	<b>5. AGILIDADE NA ADAPTAÇÃO FRENTE AS POSSÍVEIS MUDANÇAS</b>
12	1.2.1 Olival	86	<b>6. MELHOR ENTENDIMENTO DO MERCADO</b>
14	1.2.2 Vinha	94	<b>7. IDENTIFICAÇÃO DE LACUNAS DEIXADAS PELOS CONCORRENTES</b>
16	1.2.3 Cereais	95	7.1 Aposta no desenvolvimento da agricultura inteligente, sustentada através do Sistema Científico e Tecnológico Regional
17	1.2.4 Pomares	96	7.2 Aposta na transformação dos produtos de Alqueva no território MONTE ACE, promovendo a criação de um agrocluster regional
18	1.2.5 Floresta	98	7.3 Criação de Centrais de Compras nos setores mais dinâmicos agrícolas e agroindustriais
19	1.2.6 Forragens	100	<b>8. O QUE AVALIAR PARA A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS SETORIAIS</b>
20	1.3 Setor Agroalimentar e subsetores	101	8.1 Análise de Indicadores
20	1.3.1 Vinicultura	106	8.2 Análise comparativa com outros projetos da mesma natureza
24	1.3.2 Olivicultura	108	<b>9. NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS SETORIAIS</b>
25	1.3.3 Leite e Laticínios	110	<b>10. CONCLUSÕES</b>
29	1.3.4 Apicultura	120	BIBLIOGRAFIA
30	1.3.5 Panificação e doçaria	121	FICHA TÉCNICA
32	1.3.6 Conservas hortícolas		
32	1.3.7 Carne e derivados		
34	<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO</b>		
35	2.1 Atores e competências		
36	2.2 Cenário Atual do Setor Agrícola e Agroalimentar (situações-problemas)		
40	2.3 Participação Social		
41	2.4 Posicionamento estratégico		
43	2.4.1 Forças		
46	2.4.2 Fraquezas		
50	2.4.3 Oportunidades		
57	2.4.4 Ameaças		
59	2.5 Situação do setor Agrícola e Agroalimentar no território MONTE ACE no contexto regional e nacional		

# INTRODUÇÃO

O presente documento resulta da necessidade do GAL Alentejo Central proceder à atualização participativa do diagnóstico nas áreas de especialização produtiva do território no setor agrícola e agroalimentar da região do Alentejo Central.

Esta atualização pretende identificar as necessidades dos setores emergentes no tecido produtivo local, bem como das potencialidades da região.

Este estudo é extremamente importante porque permite verificar quais as melhores áreas de intervenção tendo em vista o desenvolvimento e/ou incentivo para a criação de unidades produtivas agrícolas e agroalimentares, com a consequente fixação de mão de obra, particularmente a mais jovem.

O documento inclui os capítulos seguintes:

**I)** Apresentação do setor agrícola e agroalimentar - A área de estudo a caracterizar correspondente ao GAL do Alentejo Central, que não coincide com a NUT III dado que existem 4 concelhos que não pertencem ao GAL (Mora, Mourão, Portel e Viana do Alentejo).

O Alentejo em geral e o Alentejo Central em particular possuem em termos agrícolas e agroalimentares atividades económicas condicionadas pelas suas características climáticas. Neste capítulo abordaremos os principais setores agrícolas e agroalimentares com maior peso na região.

**II)** Contextualização da área de estudo. Será feita a apresentação dos principais atores que interferem no desenvolvimento dos setores agrícolas e agroalimentares, nomeadamente nos aspetos organizadores e regulatórios, situação e problemas atuais existentes nestes setores de atividade económica, a participação social, canais de comunicação e relacionamento com o estado, bem como as principais pretensões e reivindicações sociais. Por último analisaremos o posicionamento estratégico da região e os cenários relativos a esse posicionamento através de análise SWOT, com base nos elementos que consideramos importantes para o desenvolvimento das atividades económicas.

**III)** Análise Retrospectiva- Apresentação sucinta da política atual dos setores agrícola e agroalimentar, com apresentação dos principais desafios e restrições à implementação das políticas de desenvolvimento regional.

**IV)** Análise Prospetiva- Fazendo o diagnóstico setorial e territorial, é possível entender qual o melhor rumo a seguir tendo em conta as necessidades, potencialidades e riscos que afetam os setores de atividade. Neste sentido é possível aos decisores, terem uma maior previsibilidade do crescimento dos setores em análise e identificar as áreas que merecem maiores investimentos, tendo em vista o desenvolvimento local.

# 1. APRESENTAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA E AGROALIMENTAR

Pretendemos esboçar o setor Agrícola e Agroalimentar da região e identificar os segmentos em que ele se desdobra.

## 1.1 ÁREA DE ESTUDO

O Território do Alentejo central A caracterização do território do Alentejo Central que fazemos, corresponde à NUT III. Pretendemos identificar as diferenciações ao nível territorial em termos físicos e socioeconómicos. Refira-se, no entanto, que o território correspondente à área de influência do GAL Alentejo Central não coincide com o território da NUT III, exce- tuam-se os concelhos de Mora, Mourão, Portel, parcialmente o concelho de Montemor o Novo e Viana do Alentejo. Corresponde praticamente à região do distrito de Évora e encon- tra-se localizado a Sul de Portugal, tem uma área de 7393 km<sup>2</sup>, sendo o segundo maior dis- trito português. É limitado a norte com o distrito de Santarém e com o distrito de Portalegre, a leste com a Espanha (província de Extremadura), a sul com o Distrito de Beja e a oeste com o Distrito de Setúbal.

Pretendemos com este trabalho elaborar os diagnósticos e relatórios setoriais nas áreas de exploração produtiva, relativamente aos setores agrícola e agroalimentar no território do GAL do Alentejo Central.

## 1.2 SETOR AGRÍCOLA E SUBSETORES

O Alentejo apesar de territorialmente extenso, possui características climáticas de típicas de clima com características mediterrânicas, com verões quentes a muito quentes e secos e prolongados (quatro a cinco meses), com pluviosidade praticamente nula e invernos frescos a moderados, com níveis de precipitação irregulares e relativamente reduzidos (média anual que ronda os 500mm).

Estes dois fatores dão origem ao aparecimento de solos pobres. As chuvas concentradas e irregulares levam a grandes lavagens dos solos e conseqüentemente ao arrastamento dos nutrientes e contribuem para a erosão dos solos. O calor intenso do verão provoca grandes evaporações de um solo que só por si tem pouca humidade, levando à subida de sais por capilaridade, diminuindo a fertilidade. O Alentejo Central em termos climáticos não foge à regra do Alentejo em geral.

Quadro síntese das explorações agrícolas por concelho

CONCELHO	ÁREA (ha) (*)	S.A.U. (ha) (**)	Nº EXPLORAÇÕES		DIMENSÃO MÉDIA SAU/EXPLORAÇÃO (ha)	REPRESENTATIVIDADE DA S.A.U. (%)
			TOTAL	COM S.A.U.		
ÉVORA	130.704	106.815	1.073	1.056	101,15	17,32
ALANDROAL	54.486	43.794	830	828	52,89	7,10
ARRAIOS	68.408	58.028	419	407	142,57	9,41
BORBA	14.512	8.502	482	474	17,94	1,38
ESTREMOZ	51.382	38.243	939	918	41,66	6,20
PORTEL	60.115	41.159	678	674	61,07	6,68
REDONDO	36.975	30.349	683	678	44,76	4,92
REGUENGOS DE MONSARAZ	46.122	29.074	811	810	35,89	4,72
SOUSEL	27.894	20.650	455	449	45,99	3,35
VENDAS NOVAS	22.251	15.656	198	191	81,97	2,54
VILA VIÇOSA	19.462	15.791	268	258	61,21	2,56
<b>TOTAIS</b>	<b>532.311</b>	<b>408.061</b>	<b>6.836</b>	<b>6.743</b>	<b>62,46</b>	<b>100,00</b>

(\*) FONTE: INE, Censos 2011

(\*\*) FONTE: INE, Recenseamento Agrícola 2009

No que se refere ao tipo de propriedade, na região em estudo, predominam grandes propriedades denominadas latifúndios, embora nalguns concelhos (sobretudo nos mais industrializados) predominem propriedades de menor

dimensão onde é praticada uma agricultura de subsistência com excedentes com destino ao mercado e também agricultura de complemento relativamente à atividade principal.

O Alentejo é conhecido desde sempre pela produção cerealífera. Efetivamente, podemos afirmar que foi a região do país maior produtora de trigo nos últimos 100 anos.

Ao longo dos anos houve uma alteração relativamente à cultura cerealífera, cuja produção foi decaindo progressivamente nas últimas duas décadas, fruto da política agrícola que provocou uma queda muito acentuada desta cultura cerealífera do trigo e à sua substituição por outras mais rentáveis.



### 1.2.1 OLIVAL

Na área de estudo continua a existir basicamente a cultura tradicional do olival, principalmente em terrenos marginais, em solos mais pobres, ou associado a outras culturas, nomeadamente a cultura anual do trigo ou da vinha.

Este tipo de olival é de sequeiro com baixa densidade de plantação de árvores e produtividade baixa devido à irregularidade e alternância da produção (Mota Barroso, 2013). Este tipo de olival só atinge a cultura máxima ao fim de 15 ou 20 anos, cujas árvores não são regadas e adaptam-se ao tipo de clima mediterrânico, seco, com chuvas irregulares e com grandes amplitudes térmicas.

O tipo de azeitona produzido é principalmente a azeitona galega, que apesar de não dar grandes produções, é desta que resulta azeite de excelência. No entanto, no tratamento deste tipo de olival, existem dificuldades de introduzir a mecanização, como tal torna-se mais difícil, quer o trabalho de manutenção, quer a apanha de azeitona devido à escassez de mão de obra.

A modernização do olival ocorreu na década de 60, através do aumento do número de árvores por hectare (olival intensivo). São olivais regados, com árvores mais pequenas, com variedades mais produtivas. Neste tipo de árvores é mais fácil introduzir a mecanização, através dos vibradores de tronco, resolvendo parcialmente a falta de mão de obra (nesta década existiu a forte migração para periferia de Lisboa e emigração para a Europa). Refira-se ainda que este tipo de olival reduz substancialmente a produção máxima, comparativamente com o olival tradicional, com rendimento a partir dos 4 a 5 anos e produção máxima aos 8 a 10 anos (Rallo, 2007).

Com a intensificação do olival, pretendeu-se não só o aumento precoce da idade de produção, mas também o aumento da produtividade e a mecanização do tratamento das árvores e mecanização da colheita da azeitona.

Mais recentemente têm surgido os olivais superintensivos (a ocupar solos extremamente ricos), com densidades de plantação de cerca de 2000 árvores por hectare, com plantação em sebe. Este tipo de plantação permite a colheita totalmente mecanizada, com utilização das máquinas de vindimar.

Neste tipo de olival, o tipo de árvores, são frágeis, com variedades altamente produtivas, embora de menor qualidade, comparativamente com o olival tradicional.

Tal como o olival intensivo, as árvores são regadas e a duração de vida útil do olival, poderá ser curta, embora a entrada em produção seja muito precoce, ao fim de 3 anos (Mota Barroso, 2013).

Têm-se levantado alguns problemas por parte das associações ambientalistas, principalmente relacionados com a forma intensiva de exploração dos solos que pode levar em último caso à *esqueletização*.



## 1.2.2 VINHA

Em Portugal as crises dos finais de século XIX e durante o século XX, levaram ao abandono de grandes áreas de vinha ou substituição por outras culturas. A nossa região não fugiu à regra e até hoje temos assistido à competição entre vinha e olival de acordo com a procura no mercado e consequentemente maior ou menor rentabilidade económica das explorações.

As oscilações de mercado têm originado grandes desequilíbrios na viticultura em Portugal, tal como nos restantes países europeus. O facto de haver épocas de expansão descontrolada provocado pela subida de preços e aumentando os volumes de produção, têm arrastado muitos viticultores para a falência, quando a procura dos mercados baixa.

Após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia houve arranque de vinha e replantação em áreas mais convenientes e em solos com maior

aptidão para a cultura da vinha, com utilização de novas técnicas e castas que aumentaram a produção e facilitaram a mecanização, beneficiando os viticultores de instrumentos financeiros e legais. Esta situação ainda hoje existe com recurso a incentivos que tem permitido o aumento da área de vinha bem como substituição de vinhas velhas e/ou de menor produtividade.

O investimento na viticultura em Portugal tem provocado uma melhoria, não só em termos do aumento da produção, mas também em termos de qualidade do vinho, apesar do preço não corresponder ao desejado e como tal não se reflete na maior rentabilidade das explorações vitícolas. Apesar de tudo, Portugal ocupa em termos de produção o 4º lugar na Europa e o 10º lugar mundial.

A nossa área de estudo, é o reflexo do que se tem passado no país e tem acompanhado e beneficiado, quer de todo o tipo de benefícios e incentivos que existem a nível nacional, quer nas oscilações de preços do mercado que criam muitas dificuldades, em particular aos pequenos viticultores.

Quanto ao aparecimento desta cultura, não é fácil determinar com precisão quem introduziu a videira na região. Existem achados arqueológicos que testemunham que a cultura da vinha e produção de vinho na região é extremamente antiga.

De acordo com a CVRA (História dos Vinhos no Alentejo), a cultura da vinha e produção de vinho faziam parte dos hábitos e tradições das populações do território que hoje corresponde ao Alentejo na época romana.

É ainda referido pela CVRA que "os tartessos, civilização ibérica herdeira da impressionante cultura megalítica andaluza, terão sido os primeiros e principais propulsores da domesticação da vinha e posterior introdução do vinho na região".

Não há qualquer dúvida de que a vinha é uma atividade de grande importância económica no Alentejo Central e ocupa uma área significativa, principalmente nos concelhos de Borba, Mourão, Redondo e Reguengos de Monsaraz (onde existem as mais importantes adegas cooperativas).

Nestes últimos tempos a área de vinha tem se alargado a praticamente todos os concelhos, com mais expressão nuns do que noutros. Isto tem levado ao aparecimento de investimentos privados que optam pela cultura da vinha e também olival, originando grandes investimentos em adegas e lagares, que dão importante contributo para a ocupação e fixação de mão de obra e para a dinamização das economias locais.



### 1.2.3 CEREAIS

Em relação aos cereais de sequeiro, temos verificado uma redução gradual. A redução fica a dever-se, por um lado, aos preços dos fatores de produção que são cada vez mais elevados e desajustados da atividade agrícola e por outro lado, ao desligamento das ajudas à produção. Neste momento, existem algumas tendências, embora discutíveis, para retomar a produção de cereais, em particular a produção de trigo.

Atualmente a produção de cereais destinam-se quase exclusivamente à alimentação da pecuária e muitos deles convertidos em forrageiras para alimentação de vacas leiteiras.

De acordo com Bulhão Martins, a produção de cereais é miserável, apesar da qualidade excelente, a quantidade de cereais continua a diminuir. A produção cerealífera de sequeiro dificilmente será rentável e que estes cereais têm um importante papel melhorados, integrados com pastagens.

Depreendemos que, é fundamental a rega para que a cultura cerealífera se torne mais rentável. No entanto, tendo em conta a irregularidade da chuva, típica de clima mediterrânico e eventualmente as alterações climáticas que têm provocado as chuvas intensas e concentradas nestes últimos anos, é necessário e fundamental a aposta na criação de barragens de pequena e média dimensão que, além da retenção de água, regularizam os cursos de água.

Quanto aos cereais de regadio, tem se verificado aumento das áreas de cultivo. Este aumento resulta do investimento de regadio para produção de bens alimentares, principalmente na área do perímetro de rega do Alqueva que tem contribuído para o grande aumento das áreas de regadio.



### 1.2.4 POMARES

Na área de estudo, as explorações agrícolas assentavam a exploração das terras, basicamente nas culturas cerealíferas de sequeiro, nas áreas de montado e/ou olival e também na criação extensiva de gado, nos anos em que nas parcelas se encontravam de pousio e nas parcelas ocupadas por culturas cerealíferas, após as colheitas que usavam para a alimentação dos animais.

Como alternativa às culturas tradicionais, surgia a vinha que era tradicional na região.

Além deste tipo de culturas, como forma de exploração da terra, existem condições para a fruticultura. Teremos que encontrar espécies que se adaptem às condições climáticas mediterrânicas, aos tipos de solos e à necessidade de água. Além disto, para aumentar as áreas de pomar no Alentejo, é necessário que os agricultores possuam conhecimentos necessários para o sucesso dos pomares, sob pena de que a exploração frutícola venha a fracassar.

De acordo com Mota Barroso, professor de várias cadeiras de fruticultura na Universidade de Évora, existe "falta investigação e experimentação – que espécies fazer, o que se faz noutras regiões. Não temos experimentação, não há trabalho continuado. Aparecem uns programas, mas que depois acabam. Andamos há décadas a fazer reset. O know-how é um investimento que só se realiza em grandes áreas".

O professor Mota Barroso dá o exemplo da Califórnia, "onde os agricultores assumem a investigação e o desenvolvimento. Segundo diz, podem fazê-lo porque têm milhares de hectares que rentabilizam o investimento. Aqui somos pequenos, daí a necessidade de serem entidades públicas a suportar a investigação."

O Alentejo Central tem neste momento, com a barragem de Alqueva condições para se transformar numa das maiores áreas de pomares do país e/ou da Europa. Para tal, é necessário planeamento e criar condições para a instalação de empresas da área (principalmente portuguesas) e dar apoios através dos fundos comunitários.

A "explosão" existente ultimamente ao nível do amendoal e outros frutos secos regados (com consumo exagerado de água) tem levantado problemas idênticos aos já referidos relativamente à cultura intensiva e superintensiva do olival (que até consome menos água) no que concerne à exploração intensiva dos solos e conseqüente esqueletização.

## 1.2.5 FLORESTA

Fatores de natureza diversa, nomeadamente climatérica, poderão estar na base do envelhecimento das áreas florestais antigas e com graves problemas ao nível fitossanitário e de mortalidade.

No entanto, temos verificado a aparecimento de novos povoamentos de sobreiros, azinheiras, pinheiro manso e outras espécies florestais. Estas novas plantações são extremamente importantes para a reposição do montado. É fundamental que sejam canalizados apoios nacionais e/ou comunitários para que exista um maior esforço por parte dos proprietários agrícolas ao nível do desenvolvimento desta atividade agrícola.

Temos assistido a grandes progressos, fazendo esquecer o montado tradicional. Assiste-se à implementação de técnicas de regeneração florestal e controlo de pragas, além de, nalgumas situações sobretudo de novas plantações de sobreiros, com utilização de rega. Estas novas técnicas permitem encurtar o período de colheita da cortiça, tornando as propriedades mais rentáveis.

De acordo com Luís Mira da Silva, "com uma boa gestão e forte aposta na inovação e tecnologia, é possível converter uma herdade de baixo valor numa herdade de alto valor e ainda por cima mais sustentável. Isto aplica-se obviamente a áreas regadas, embora a competição por estas áreas esteja a tornar-se feroz, mas aplica-se também nas explorações de sequeiro".

Contrariamente ao que seria de esperar, existem algumas culturas intensivas de eucalipto, com utilização de rega, em vez de novas plantações das espécies autóctones.

Têm-se verificado que alguns movimentos cívicos e ambientalistas se têm manifestado contra a cultura intensiva do eucalipto e feito alguma pressão no sentido de que estas plantações sejam substituídas pelas espécies autóctones, nomeadamente o sobreiro e azinheira.

## 1.2.6 FORRAGENS

Na região Alentejo existe predominância de pastagens de sequeiro relativamente ao regadio, o que é compreensível tendo em conta o tipo de clima e a escassez de água.

Existem explorações agrícolas de natureza diversa, dentro das quais encontramos as explorações exclusivamente de produtos agrícolas e outras que aliam a produção agrícola à criação de gado (bovino, ovino e caprino) em regime extensivo. Para rentabilizar a exploração, o agricultor que conhece o comportamento do crescimento da erva ao longo do ano, faz a sua gestão ao longo do ano de forma a minimizar custos na alimentação dos animais, aproveitando as forragens naturais.

As características climáticas do Alentejo, com verões quentes e secos e invernos húmidos e frios, condicionam o ciclo de crescimento dos prados naturais. O maior crescimento da erva ocorre na Primavera, parando no Verão e algum crescimento com as primeiras chuvas de Outono, condicionadas pelas temperaturas baixas de Inverno.

Tendo em conta que a disponibilidade de alimento varia ao longo do ano, conforme as estações do ano, na primavera surgem pastagens naturais, sem qualquer intervenção humana, podendo, no entanto, sofrer intervenções para o seu melhoramento, através de sementeiras e/ou eventualmente com recurso à fertilização. Nos meses de verão a erva é escassa, os agricultores, desde que tenham disponibilidade de água, optam por pastagens semeadas e regadas.

No Outono as pastagens naturais podem surgir, dependendo da quantidade de chuva existente. O Inverno é a estação do ano com menor disponibilidade de erva, obrigando a recorrer normalmente a alimentos conservados (obtidos na primavera e início do verão), que tem como base as forragens (culturas de plantas herbáceas de ciclo vegetativo anual).

Na nossa região tem-se verificado algum aumento das forrageiras com recurso à irrigação, tendo em vista o número de efetivos de vacas leiteiras. No entanto, devido à irregularidade de chuvas, característica típica dos climas com características mediterrânicas, no qual incluímos a nossa região, existe alguma dificuldade em manter as forrageiras, principalmente em anos de escassez de água. O grande lago de Alqueva que tem procurado colmatar as faltas de água. Existirão problemas mais graves quando existir irregularidade de chuvas durante mais do que um ano, perante uma situação destas não será fácil manter as forrageiras nem qualquer outra espécie regada.

## 1.3 SETOR AGROALIMENTAR E SUBSETORES

Quanto ao setor agroalimentar no território do GAL do Alentejo Central, verificamos que são territórios de baixa densidade, que se caracterizam pelo aparecimento de diferentes tipos de empresas. Encontramos pequenas empresas tipicamente familiares, pequenas e médias empresas com estrutura empresarial perfeitamente definida, empresas privadas de maior dimensão com estruturas bastante profissionalizadas, e organizações da economia social que reúnem muitos pequenos produtores em cooperativas, particularmente ligadas aos setores dos vinhos e dos azeites.

Com exceção das empresas familiares, as restantes têm volumes de vendas consideráveis, com boas redes de distribuição que contribuem para o seu sucesso em termos empresariais. Tendo em conta a diferenciação do tipo de empresas, torna-se necessário proceder a uma análise mais fina que permita diferenciar os vários subsectores e o peso dos produtores com reflexos no desenvolvimento da região.

### 1.3.1 VINICULTURA

É este subsector que reúne a parcela mais expressiva de produtores - a produção de vinhos, licores e outras bebidas destiladas. No entanto os maiores de vinho são os que têm maior expressão.

A cultura da vinha e a consequente produção de vinho no Alentejo é caracterizada por épocas de prosperidade e de decadência resultantes de razões de natureza diversa e diferentes tipos de condicionantes ao longo dos tempos.

Ainda não foi possível determinar ao certo quem introduziu a cultura da vinha no Alentejo, apesar de encontrarmos testemunhos históricos e arqueológicos comprovativos da presença muito antiga desta atividade nesta região. No entanto, sabe-se que a cultura da vinha e do vinho já faziam parte dos hábitos das populações quando existiu a presença dos Romanos no Alentejo. Podemos encontrar testemunhos da atividade vitícola e vinícola transversais às várias civilizações desde os fenícios e os gregos, embora a generalização da cultura da vinha tenha resultado das técnicas agrárias dos romanos.

Uma das marcas mais importantes deixadas no Alentejo pelos Romanos, foi a utilização de talhas de barro, quer para a fermentação de mostos, quer para o armazenamento de vinho. A utilização de talhas, cujo barro era poroso, obrigava à utilização de técnicas extremamente antigas, que passaram de geração em geração e que permitiam resolver a porosidade, utilizando o pês ou resina de pinheiro, como forma de impermeabilização. Esta técnica ainda hoje existe, embora o pês seja substituído cada vez mais por produtos sintéticos.

Tendo em conta que o cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano e dado que o vinho se tornou obrigatório na celebração das eucaristias, deu origem à abertura de novos mercados para o vinho e deu importante contributo para a cultura da vinha no Alentejo.

Com as invasões muçulmanas, por razões culturais, a vinha e o vinho foi sendo sucessivamente abandonada. Apesar de numa primeira fase os muçulmanos terem mostrado abertura à manutenção dos usos e costumes dos povos que conquistaram, recaía sobre a cultura da vinha impostos pesados que contribuiu para que a cultura da vinha tenha decaído. Em face disto verificou-se a uma diminuição sucessiva da cultura da vinha no Alentejo.

A cultura da vinha volta a desenvolver-se com a fundação do reino lusitano. No Alentejo foi no séc. XV que a cultura da vinha se desenvolveu bastante, situação que se manteve até ao séc. XVII. A guerra da independência, aliada à defesa dos vinhos do porto pelo Marquês de Pombal em detrimento de outras regiões, levou a mais uma grande crise nos vinhos do Alentejo.

Só no séc. XX a vinha volta a desenvolver-se no Alentejo. A título de curiosidade é de referir o aparecimento da primeira adega social em Portugal em Viana do Alentejo.

Na primeira metade do séc. XX a vinha e o vinho voltam a entrar em crise devido a uma série de acontecimentos políticos, económicos e sociais. Por um lado, a filoxera, por outro, duas grandes guerras e as crises económicas sucessivas a elas associadas e ainda a determinação do Estado Novo em considerar o Alentejo o celeiro da nação (passando o trigo a ser a cultura principal), levaram à suspensão e praticamente desaparecimento da cultura da vinha.

Na década de 40, com a Junta Nacional do Vinho, a vinha e o vinho voltaram a ter grande impulso. Posteriormente é o movimento associativo, aliado ao projeto

de viticultura do Alentejo em 1977, a criação da associação dos viticultores do Alentejo em 1983 e a comissão vitivinícola regional do Alentejo em 1989 que dão mais um impulso à atividade vinícola no Alentejo e grande contributo para a importância dos vinhos alentejanos.

É de realçar o importante contributo do movimento cooperativo (Adegas Cooperativas) que permitiram o associativismo de produtores de todas as dimensões (maior e menor dimensão), aliados a novos agentes económicos privados e com a grande ajuda da União Europeia, que contribuíram para o desenvolvimento vitivinícola no Alentejo e para a afirmação dos vinhos alentejanos, que são uma referência no mercado em Portugal e no Mundo.

O Alentejo é considerado como uma excelente região para a vitivinicultura e das que melhor se soube reestruturar e modernizar ao longo dos anos, desde a adesão à comunidade económica europeia.

À medida que se foram reestruturando e implementando novas vinhas, assistiu-se paralelamente a grande modernização e construção de novas adegas que têm permitido aumentar quantitativamente e qualitativamente os vinhos alentejanos. A par disto, introduziu-se também o enoturismo, procurando aproveitar as potencialidades turísticas, não só como forma de fixar turistas, mas também como forma de divulgar o importante património histórico e cultural para os visitantes nacionais e estrangeiros.

Apesar do grande crescimento da vinha nos últimos anos e do conseqüente aumento da produção de vinho, é de referir que não é a quantidade que torna os vinhos notáveis. A notabilidade resulta da qualidade que lhes é reconhecida e que se traduz na grande quantidade de prémios ganhos a nível nacional e a nível internacional, em competição com muitos vinhos de outros países a nível mundial.

O crescimento exponencial da área da vinha e da produção de vinhos no Alentejo não deverá continuar ao ritmo dos últimos anos. Embora os vinhos alentejanos sejam de qualidade, não se espera muito em termos de escoamento do mercado interno, e no mercado externo a competição é enorme. Além disto, a pandemia covid-19 não tem contribuído para o escoamento desejado para o mercado internacional (apesar de ter crescido), proporcionalmente ao aumento da produção de vinho, podendo vir a trazer problemas de escoamento nas grandes

adegas do Alentejo Central (Borba, Reguengos de Monsaraz e Redondo) e até mesmo nas adegas de menor dimensão que têm surgido.

Em suma, verificamos que a cadeia de valor da produção vitivinícola está muito localizada no Alentejo Central e direcionada para o cultivo da vinha e para a fabricação de vinhos. É muito importante a criação de atividades produtivas, quer a montante, quer a jusante da produção de vinho, que permitam, por um lado ganhar escala e por outro, beneficiar de economia de aglomeração, contribuindo da a dinamização económica e fixação de população.

É muito importante a criação de incentivos para as empresas que se venham a instalar na região, que contribuam para o desenvolvimento de atividades de bens e serviços relacionadas com a vinha e o vinho.

É fundamental a cooperação entre os produtores e não competição entre si, devendo encontrar soluções, devendo encontrar soluções que tornem o Alentejo em geral e o Alentejo Central em particular uma "marca" de união, principalmente no mercado internacional.

É necessário um importante trabalho conjunto ao nível de atividades relacionadas com o engarrafamento e embalagem do vinho. Ao mesmo tempo precisa-se fixar atividades de maior valor acrescentado, das quais são exemplo os fornecedores de equipamentos, estudos de mercado e consultoria, tendo em vista um trabalho conjunto em termos de cluster do vinho do Alentejo.

PRODUÇÃO DE VINHO - 2020/2021				
Concelho	Vinho (Total Geral)			
	Tinto	Rosa	Branco	Total
Arraiolos	52999	1292	8758	63049
Borba	92660	3325	39839	135824
Estremoz	72491	3778	21202	97471
Évora	80934	3226	18432	102592
Montemor-o-Novo	12205	189	2244	14638
Mora	1455	10	113	1578
Mourão	21660	639	1918	24217
Portel	817	20	271	1108
Redondo	116830	4472	31840	153142
Reguengos de Monsaraz	166862	3385	36429	206676
Vendas Novas	53428	4914	10635	68977
Viana do Alentejo	45	48	9	102
Vila Viçosa	7710	39	1193	8942
<b>TOTAL</b>	<b>680096</b>	<b>25337</b>	<b>172883</b>	<b>878316</b>

Fonte: IW – instituto do Vinho e da Vinha

### 1.3.2 OLIVICULTURA

A produção de azeite no Alentejo é muito antiga, embora não se saiba ao certo quando teve início. Pesquisas efetuadas indicam que terão sido principalmente os romanos que fizeram melhoramentos na plantação e extração de azeite, bem como na introdução de variedades através de enxertia das árvores existentes.

O azeite tem sido utilizado desde sempre, não só na alimentação, mas também como meio de iluminação (é vulgar usar ainda a candeia, mas como peça decorativa).

A colheita de azeitona na nossa região entre os meses de outubro e fevereiro, da qual se extrai o azeite através de meios mecânicos, em lagares de dimensão variável e utilizando algumas tecnologias mais tradicionais e os de maior dimensão tem investido em novas tecnologias inovadoras.

As principais variedades utilizadas e mais tradicionais são a azeitona galega e a cobraçosa existentes em olivais tradicionais. No entanto, ultimamente através da introdução do olival de cultura intensiva e superintensiva regada, tem sido utilizada novas variedades de elevada produção.

De acordo com o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (Nov.2020) Portugal é atualmente o sétimo produtor mundial de azeite e o quarto país exportador. Em 2016, as vendas internacionais de azeite somaram os 434 milhões de euros e Brasil, Angola, Espanha e Itália foram os principais mercados de destino. O azeite é o produto português mais exportado para o Brasil.

Tendo em conta a qualidade do azeite português, associada às boas condições edafoclimáticas que tem permitido as denominações de origem protegida, que o diferenciam dos azeites de outros países, designadamente do nosso maior concorrente na Europa que é o nosso país vizinho (Espanha).

É expectável que a produção continue a aumentar, devido à instalação de novos olivais modernos em copa ou em sebe, com recurso à rega. Embora este tipo de olival tenha algumas vozes discordantes, não só devido ao tipo de árvores, mas também devido à rega e à forma de exploração intensiva.

Verificamos ainda que, estes grandes investimentos na cultura do olival são feitos por empresas privadas, com uma dinâmica incomparável com as cooperativas de olivicultores.

Mas o investimento verifica-se também ao nível da transformação da matéria prima, com grandes investimentos em lagares tecnologicamente evoluídos.

Estes investimentos são o sinal de que a região continua a apostar no setor da olivicultura e a encontrar formas de superar os principais problemas relacionados com a falta de mão de obra, bem como a falta de mão de obra e a baixa produtividade no olival tradicional.

É no Alentejo, região do sul de Portugal, que se produz mais de 70% do azeite nacional. Na campanha de 2015/2016, por exemplo, o país produziu 89,3 mil toneladas de azeite e 68 mil foram produzidas no Alentejo. Nos últimos 15 anos,

a região alentejana ganhou 50 mil novos hectares de olival, contribuindo para o crescimento da produção nacional de azeite.

É previsível que a área de olival possa continuar a aumentar e os olivicultores continuem a optar por espécies de árvores diferentes das tradicionais, pelo facto de serem mais rentáveis, com maiores produções, apesar da qualidade ser menor.

### 1.3.3 LEITE E LATICÍNIOS

Este subsector que reúne a parcela mais expressiva de produtores - a produção de leite e indústria de laticínios.

O Alentejo sempre se caracterizou pela existência de grandes propriedades (latifúndios), propriedades de famílias abastadas que possuíam a terra e não a trabalhavam, recorrendo à mão de obra barata para execução dos trabalhos agrícolas, basicamente culturas cerealíferas, que perderam importância ao longo dos anos, por razões económicas e políticas. Das culturas cerealíferas restou por um lado, o montado e por outro, nos campos abertos, as culturas cerealíferas foram substituídas por outro tipo de culturas, nomeadamente oliveiras, amendoeiras e nogueiras, dado que são mais rentáveis e permitem a mecanização para colmatar a falta de pessoal.

Nesta região, desde sempre existiu criação de gado que utilizava as grandes parcelas de terra que ficavam de pousio devido ao sistema rotativo existente.

Nestes últimos tempos, devido à falta de mão de obra, a dimensão empresarial tradicional, deu origem às novas formas de pastoreio, através da utilização de grandes parcelas de terreno vedadas que os vários tipos de animais percorrem, de acordo com as disponibilidades das forrageiras. Assim, verificamos o predomínio de gado bovino e ovino relativamente às culturas cerealíferas.

EFETIVOS ANIMAIS								
Tipo de Gado	N.º Exploração	N.º Cabeças	Variação (%)					
			1999-2009			2009-2019		
			N.º Exp	N.º Cabeças	N.º Cabeças p/ Exp	N.º Exp	N.º Cabeças	N.º Cabeças p/ Exp
<b>Bovinos</b>	<b>4322</b>	<b>667718</b>	<b>-16,5</b>	<b>41,6</b>	<b>69,96</b>	<b>7,7</b>	<b>20,2</b>	<b>11,6</b>
Vacas Leiteiras	145	18859	-72,2	2,2	267,4	-20,8	-11,9	11,8
<b>Ovinos</b>	<b>8053</b>	<b>1139565</b>	<b>-24,3</b>	<b>-26,1</b>	<b>-2,4</b>	<b>-1,0</b>	<b>4,5</b>	<b>5,5</b>
Ovelhas Leiteiras	192	37872	-54,2	-11,3	93,8	-22,6	-30,2	-9,8
Caprinos	1992	85618	-39,4	-17,3	36,3	-17,6	-13,7	4,8
Cabras Leiteiras	219	25971	-56,2	-11,6	101,7	-61,6	-26,9	90,4

Fonte: INE Recenseamento Agrícola 2019

Tendo em conta o recenseamento agrícola de 2019, no que se refere ao gado bovino leiteiro, podemos verificar que em 2019, 12,4% das explorações recenseadas, cerca de 36 mil explorações tinham bovinos, enquanto que em 2009 eram cerca de 50 mil explorações, totalizando mais de 1,5 milhões de cabeças de gado, um aumento de 10,6%, face a 2009.

O Alentejo reforçou a sua posição, enquanto região detentora do maior efetivo bovino, contabilizando mais 112 mil cabeças de gado relativamente a 2009, concentrando 42,2% da produção nacional (38,8% em 2009). A dimensão média atinge as 155 cabeças/ exploração, 3,5 vezes a média nacional.

Quanto às vacas leiteiras, o efetivo é constituído por 245,5 mil cabeças, que teve uma redução de 33 mil cabeças nos últimos 10 anos (-11,8%), passando a esta presente em 14% das explorações com bovinos, e representando 15,5% do efetivo total.

A dimensão média do efetivo leiteiro na exploração é de 48,4 cabeças, quase mais 5 cabeças que a média do efetivo total. A análise às regiões tradicionalmente produtoras de leite, coloca em evidência a região de Entre Douro e Minho por deter o maior efetivo médio por exploração (62,6 cabeças/exploração) e a região da Beira Litoral por apresentar a maior

variação positiva dos últimos dez anos (mais de 2,6 vezes face a 2009), aproximando-se assim da dimensão média do efetivo leiteiro açoriano.

O Ribatejo e Oeste, apesar de não estar entre as regiões tradicionalmente produtoras de leite, apresenta uma evolução fulgurante, face a 2009, passando a deter a maior dimensão média do efetivo bovino leiteiro do território nacional (164 cab./exploração que compara com 70,7 em 2009), ultrapassando assim o Alentejo, que em 2009 detinha esta posição com mais 45,6 cabeças do que a média do Ribatejo e Oeste.

Quanto à produção gado ovino leiteiro, é uma atividade que apresenta alguma concentração a nível regional. Os 2,2 milhões de cabeças recenseadas em 2019 refletem um decréscimo de 1,7%, face a 2009. Este efetivo, presente em cerca de 43 mil explorações agrícolas, é explorado maioritariamente no Alentejo, num universo com pouco mais de 8 mil explorações agrícolas. Os dados acumulados com a Beira Interior totalizam mais de 2/3 do efetivo ovino nacional (68,1%) em menos de 1/3 do total de explorações com ovinos (29,9%).

O efetivo de ovelhas leiteiras perdeu praticamente 1/3 do seu efetivo (32,9%) nos últimos dez anos. Em 2019 representa 11,3% do efetivo ovino (16,6% em 2009) e está presente em 8,2% das explorações (15,4% em 2009). A produção de leite de ovelha está maioritariamente localizada na Beira Interior que concentra 55,8% do efetivo leiteiro (52,0% em 2009).

Não obstante a redução do efetivo ovino, a dimensão média dos rebanhos aumentou desde 2009 quase 20% passando de 42,9 para 51,1 cabeças por exploração.

Esta evolução foi ainda mais evidente nas ovelhas leiteiras com a dimensão média por exploração a crescer 42,9%, passando de 46,1 para as 70,2 cabeças

Em relação ao gado caprino leiteiro com reflexo na produção de leite e na indústria dos laticínios, verificamos que o efetivo caprino recenseado em 2019 decresceu 11,5% e totaliza 372,3 mil cabeças exploradas em 22,9 mil explorações agrícolas. O Alentejo detém 23,0% do efetivo total, sendo que o restante efetivo está distribuído equitativamente pelas regiões do Norte, Centro e Ribatejo e Oeste.

O efetivo caprino leiteiro apresenta um decréscimo mais acentuado (-26,7%), e representa 29,4% do efetivo caprino, distribuindo-se por 4,7 mil explorações. A Beira Interior e o Alentejo detêm a maioria do efetivo leiteiro, sendo que na Beira Interior mais de metade (51,8%) do efetivo regional.

A redução do efetivo caprino foi acompanhada por um aumento da dimensão média dos

rebanhos em 3,3 cabeças para o efetivo total e 10,7 cabeças para o efetivo leiteiro correspondente a uma dimensão média de 23,3 cabeças. Em termos regionais, a dimensão média dos rebanhos da Beira Interior foi a que mais aumentou, ficando ligeiramente acima da média nacional; no efetivo leiteiro o destaque vai para o Ribatejo e Oeste que, em dez anos, duplicou a dimensão média dos seus rebanhos, passando a ser mais do dobro da média nacional, que corresponde a 47,6 cabeças por exploração.

A produção de leite na região em estudo esteve desde sempre ligada à criação extensiva de gado, embora exista também alguma criação estabular, com pouca expressão, principalmente de vacas leiteiras.

Além das vacas leiteiras, a criação de gado ovino e caprino, permite a produção de leite com destino à indústria de laticínios que proliferou por todos os concelhos, embora de forma desordenada.

A indústria de laticínios está principalmente ligada à produção de queijos frescos e curados, de leite de vaca, ovelha e queijo de mistura deste tipo de leites. Nestes últimos tempos, tem surgido alguma inovação que permitiu a produção de iogurtes em S. Tiago Rio de Moinhos (Borba), aldeia onde chegaram a existir cerca de 20 queijarias em atividade.

Ainda no que se refere à inovação, foram introduzidas algumas ervas aromáticas no queijo curado, principalmente de leite de ovelha e cabra, como forma de diferenciação que tem provocado muita procura, pela novidade de introdução destas ervas.

Relativamente ao queijo curado de leite de ovelha, é de referir a certificação de denominação de origem protegida, "Queijo de Évora" que abrange toda a região, mas somente as queijarias que obedecem às regras constantes no processo de certificação.



### 1.3.4 APICULTURA

A apicultura em Portugal tem estado desde sempre ligada à agricultura, que serve de complemento à atividade agrícola, contribuindo para o aumento do rendimento da exploração. Além disto, a apicultura dá grande contributo para a atividade agrícola, contribuindo para a preservação da biodiversidade, bem como ao nível da polinização, com particular destaque em relação à fruticultura.

A apicultura em Portugal tem vindo sempre a aumentar, de acordo com os dados da DGAV do quadro seguinte, verificamos que o número de apicultores cresceu significativamente entre 2015 e 2018 (12.7%). O mesmo se verifica no Alentejo, que tem aumentado consecutivamente, passando de 1187 apicultores em 2015 para 1381 em 2018 (16.3%). Naturalmente que o número de apicultores provocou o aumento significativo do número de apiários.

#### APICULTORES PORTUGUESES

ANOS	ALENTEJO	PORTUGAL
2015	1187	10544
2016	1299	11693
2017	1307	11399
2018	1381	11883

Fonte: GPP/Dados DGAV 2018

Esta atividade é muitas vezes desenvolvida complementarmente à atividade agrícola e nalguns casos como hobby com baixo grau de profissionalização. Nos últimos anos tem havido aumento substancial da legalização das melarias e de ações de formação profissional, devido às organizações associativas, em particular das cooperativas. Embora com aumento do associativismo, é expectável que o setor do mel se organize mais a fim de se tornar mais dinâmico em termos promocionais ao nível do mercado interno e externo.

Quanto maior for a agregação e organização do setor do mel, em estruturas não só produtivas, melhor será o reflexo em termos de formação, produção e comercialização do mel e dos produtos derivados. Estas estruturas poderão também dar um importante contributo para a promoção de programas de inovação e de investigação, nomeadamente através da criação de parcerias com universidades e institutos politécnicos.

É de referir que este setor, tem possibilidades de vir a crescer e desenvolver, de acordo com o Plano Estratégico da PAC (PEPAC) 2013-2017.

### 1.3.5 PANIFICAÇÃO E DOÇARIA

Este subsetor que reúne a parcela mais expressiva de produtores que corresponde à produção de pão, doçaria.

O pão em Portugal desempenha um importante papel em termos de património cultural e aliada à gastronomia em particular.

O pão é um alimento essencial na nossa alimentação e pensa-se que tenha começado a ser utilizado pelo homem há 10 000 anos na Suíça onde já aí era considerado um elemento básico na alimentação. No entanto, a introdução do pão na Europa terá surgido devido aos contactos comerciais dos gregos com os egípcios, desempenhando um importante papel na alimentação.

Existem diferentes tipos de pão de acordo com o tipo de farinha cerealífera utilizadas na amassadura, tais como o trigo, milho, centeio, ou de mistura de farinhas.

Na nossa região a farinha mais utilizada é a de trigo, dado que era a principal cultura cerealífera existente. É vulgar encontrarmos vários tipos de sopas de pão na nossa gastronomia, aliadas aos produtos da terra (sopa de tomate, açorda, gaspacho, migas, etc.).

O pão era a principal fonte de alimentação sobretudo das classes mais pobres cujos rendimentos eram baixos. O pão marca, uma presença alimentar nos hábitos alimentares do povo da nossa região, que em alguns casos a alimentação não passava de pão com linguiça ou toucinho, acompanhado com azeitonas. Durante todo o dia o pão está presente na alimentação da população da nossa região.

A doçaria tradicional surge muito aliada à nossa formosa gastronomia e relacionada com o local que visitamos. É vulgar encontrarmos o tipo de doces característicos da Vila, cidade ou aldeia aliados à cozinha local.

Este tipo de doçaria resultou de receitas familiares que passaram de geração em geração e também de receitas conventuais. As receitas conventuais surgiram nos conventos ou mosteiros onde as freiras as guardavam como grandes segredos. Foi só a partir do Sec. XVIII com a extinção dos conventos em Portugal, as freiras começaram a produzir e vender para o exterior os famosos "doces conventuais" como forma de se sustentarem e tornaram-se populares e adaptados nas várias regiões. Em nossa opinião, este setor pode e deve ser apoiado e desenvolvido, porque tem fortes possibilidades de crescimento na região.

São micro e pequenas empresas (algumas caseiras) que se distribuem por toda a região que produzem não só os bolos, mas também os doces e compotas. Muitas destas empresas resultaram de apoios de programas LEADER, agora DLBC e localizam-se no tecido urbano e outras nas próprias explorações agrícolas como forma de diversificar as atividades de exploração e noutras situações nas instalações de unidades de alojamento local ou de turismo rural.

Este tipo de pequenas unidades transformadoras tem aumentado nestes últimos tempos devido às inúmeras feiras de produtos locais ou exposição e venda deste tipo de produtos nos mercados tradicionais, além de outras empresas que fornecem a restauração.

No caso particular dos doces e compotas apresentam prazos de validade alargados, embora as unidades produtivas sejam pequenas, não têm problema em fornecer maiores quantidades, sobretudo na época alta em termos turísticos, tendo para tal que ir gerindo bem os stocks e coordenando as quantidades produzidas.



### 1.3.6 CONSERVAS HORTÍCOLAS

Este subsetor que reúne a parcela mais expressiva de produtores, corresponde à produção de conservas hortícolas, ervas alimentares e frutas.

A região possui sempre uma produção hortícola com alguma dimensão. Na maior parte dos casos são produtos diretamente virados para o mercado, com destino à comercialização nos mercados tradicionais. São explorações agrícolas, de dimensão variável, localizadas na periferia de aldeias, vilas ou cidades que abastecem diariamente as populações, sobretudo ao nível dos produtos hortícolas perecíveis.

Na região também existem explorações agrícolas de maior dimensão, que produzem produtos hortícolas ou pomares de frutas variadas com destino às fábricas de conservas (azeitona, tomate, cebolas e frutas diversas).

A diminuição da produção agrícola devido ao envelhecimento populacional e consequente redução das explorações agrícolas, por um lado e por outro, a concorrência dos supermercados de maior dimensão, que também comercializam este tipo de produtos, provocam a redução ou mesmo o desaparecimento das explorações agrícolas tradicionais.

### 1.3.7 CARNE E DERIVADOS

Por fim, no setor da transformação de carne, e sem esquecer que existirá certamente uma parcela por quantificar de pequenos produtores 'caseiros' que alimentam um mercado informal com a sua produção 'própria', os dados revelam um subsetor onde os produtores são homogêneos, sobretudo no que diz respeito à dimensão.

A região em estudo possui grandes e médias propriedades agrícolas, com grandes áreas de montado, às quais esteve sempre ligada a criação extensiva de gado bovino, ovino, caprino e suíno. A existência deste tipo de atividade ligada ao pastoreio extensivo, permite não só a criação de espécies de produção para carne, e também o aparecimento de uma série de atividades económicas, quer a montante, como é o caso entre outras, das rações e forragens, e a jusante, como é o caso do comércio de carne e leite, além de outras atividades relacionadas com os derivados do leite, das lãs e dos curtumes.

O que nos interessa aqui abordar é a carne e derivados. Assim, encontramos neste setor os empresários que se dedicam à criação e venda de animais com destino aos talhos e à

exportação (animais vivos e comércio por grosso de carne, bem como a venda ao público de carne a retalho e embalada. Além disto, podemos ainda encontrar as unidades industriais de transformação de carne, nomeadamente as salsicharias.

Na nossa região destaca-se uma empresa de média dimensão, reconhecida no mercado nacional e internacional que é a SEL, localizada em Estremoz (salsicharia estremocense).

Encontramos depois disseminadas por vários concelhos unidades industriais desta natureza de menor dimensão. São micro e pequenas empresas que se dedicam basicamente à transformação em enchidos de carne de suínos. A par destas, existem muitas empresas caseiras que transformam todo o tipo de carne em enchidos de carne de suíno, não só com destino à alimentação familiar, mas também com destino ao mercado, ainda que de forma não empresarial.

Ao nível destas microunidades transformadoras existe grande potencial em termos de crescimento, que poderia e deveria ser aproveitado através de processos simples de legalização, dando origem à criação de mais postos de trabalho. Para tal, é necessário o empenho dos serviços desconcentrados do Estado, responsáveis pelo licenciamento, no sentido de encontrarem as melhores soluções para a legalização destas microunidades de produção, de acordo com as regras de higiene necessárias para o seu funcionamento.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

### 2.1 ATORES E COMPETÊNCIAS

Pretende-se fazer a apresentação sucinta dos principais atores envolvidos no desenvolvimento do setor Agrícola e Agroalimentar no território MONTE ACE e suas competências, com destaque para os aspetos organizativos e regulatórios.

Na área de influência do território do MONTE ACE, existem vários atores envolvidos nos setores agrícola e agroalimentar, desempenhando as suas competências, enquanto serviços desconcentrados do Estado Português em termos organizativos e de regulação a nível regional.

Serviços da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo Central

Este serviço abrange todos os concelhos do distrito de Évora e o concelho de Sousel, do distrito de Portalegre, com o qual mantém uma ligação tradicional. A área geográfica do serviço apresenta uma grande diversidade, quer em termos demográficos, quer ao nível dos recursos ao nível do apoio e intervenção no setor agrícola. Assim, estes serviços estão centrados basicamente nas atividades agrícolas e desempenha um importante papel pelo facto deste território ter sofrido transformações ao nível destas atividades, necessitando de sistematizar toda a informação a fim de caracterizar a realidade em termos de agricultura deste serviço regional.

EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva,

S.A., criada em 1995, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pertencente ao setor empresarial do Estado, que está sob a tutela do Ministério da Agricultura.

A sua missão é conceber, executar, construir e explorar o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), contribuindo para a promoção do desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção, a que correspondem 20 concelhos dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal.

Esta empresa tem sede em Beja, e tem a sua orientação estratégica baseada nos eixos prioritários do aproveitamento do Empreendimento assente no recurso "Água" e no aumento da produção e rentabilização dos investimentos nas infraestruturas criadas, tendo em vista o êxito do projeto e a dinamização da economia da região. Esta empresa, é reconhecida atualmente no país e no estrangeiro, que promove a região, tornando-se uma referência para novos investimentos e estabelece parcerias não só a nível local/regional em várias áreas de

negócio. Além disto, tem responsabilidade direta pela conceção, conceção e exploração das infraestruturas que lhe estão afetas.

No que se refere ao regadio é relevante o impacto resultante do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, apesar de ainda decorrerem investimentos para o seu aproveitamento. No entanto, já hoje constitui um contributo extremamente importante para os concelhos alentejanos e uma grande esperança para a nossa região.

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I. P.)

Este organismo tem por missão propor, acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e das florestas. Tem por missão a conservação, a utilização sustentável, a valorização e conservação do património natural promovendo o desenvolvimento sustentável dos espaços florestais e dos recursos que lhe estão associados.

Pretende ainda como fomentar a competitividade das fileiras florestais, assegurar a prevenção estrutural no quadro do planeamento e atuação concertados no domínio da defesa da floresta, dos recursos cinegéticos e aquícolas das águas interiores e outros diretamente associados à floresta e às atividades silvícolas.

Direção dos Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Alentejo (DGAV)

Este organismo corresponde a um serviço desconcentrado da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, que tem por missão a definição, execução e avaliação das políticas de segurança alimentar, de proteção animal e de sanidade animal, proteção vegetal e fitossanidade, sendo investida nas funções de Autoridade Sanitária Veterinária e Fitossanitária Nacional, de Autoridade Nacional para os Medicamentos Veterinários e de Autoridade responsável pela gestão do Sistema de Segurança dos Alimentos.

## 2.2 CENÁRIO ATUAL DO SETOR AGRÍCOLA E AGROALIMENTAR (SITUAÇÕES-PROBLEMAS)

Pretendemos identificar as situações negativas e ou oportunidades de melhoria existentes na sociedade, relacionados ao setor Agrícola e Agroalimentar no território MONTE ACE e

seus segmentos, que serão objeto de intervenção ao longo do período do Plano (Situações negativas e ou comportamentos indesejáveis que necessitam de correção/intervenção tendo em vista os objetivos da ação).

Os setores agrícola e agroalimentar têm grande potencial na nossa região, embora sendo territórios de baixa densidade, com todo o tipo de problemas que lhes estão inerentes, poderemos transformar as dificuldades em oportunidades.

Nos setores agrícola e agroalimentar existem enormes potencialidades, em que se podem criar novos produtos com destino ao mercado, ou promover e melhorar os já existentes. Apesar da falta de mão de obra é possível encontrar soluções com recurso à inovação e mecanização que permitam superar este problema.

Os produtos da região precisam ser promovidos diretamente junto dos principais consumidores, além da sua promoção junto das superfícies comerciais. Também é necessário introduzir os nossos produtos de forma a facilitar o seu escoamento junto da restauração e hotelaria através de uma rede de distribuição que facilite o seu escoamento, dado que a qualidade é excelente.

É a qualidade dos nossos produtos que os diferencia dos potenciais dos potenciais concorrentes de outras regiões do país e do mundo globalizado em que vivemos. A incorporação dos nossos produtos não levanta grandes dificuldades, dado que a forma de produção tradicional e pouco intensiva é compatível com as exigências do mercado e dos consumidores.

Os nossos produtos agrícolas sem utilização de produtos químicos, diferenciam-nos de outras regiões, podendo constituir uma marca própria que seja potenciadora do seu escoamento.

Quanto aos produtos agroalimentares, tendo em conta a sua qualidade, é possível não só seu escoamento em termos de mercado interno e também a sua promoção no mercado externo, bem como a articulação com as unidades para turísticas, para que seja possível junto dos turistas que nos visitam. No entanto, é necessário também inovar nas unidades produtivas, além de aproveitar para as modernizar e explorar novos produtos, aproveitando as matérias primas existentes. Além disso precisam aumentar a capacidade de produção, mantendo a excelente qualidade dos produtos.

Existem algumas dificuldades e constrangimentos que é preciso superar, a fim de permitirem a evolução que se pretende nestes setores de atividade, nomeadamente:

**A)** Aquisição de produtos - É fundamental que exista um espaço de exposição e de todo o tipo de produtos, que permita, principalmente aos consumidores permanentes (restauração, alojamentos, etc.) a aquisição de produtos sem perda de tempo e deslocação às várias unidades produtivas. Esta possibilidade, não só evita perdas de tempo por parte dos consumidores e ao mesmo tempo, evita a deslocação a grandes superfícies comerciais, acabando por adquirir produtos de menor qualidade e que nada têm a ver com os produtos da nossa região;

**B)** Promoção da oferta - É necessário que se conheçam todos os produtos da região, disponíveis para aquisição e de todos os fornecedores, bem como as quantidades de produtos disponíveis e local ou locais de aquisição. Os compradores em muitas situações desconhecem a existência de produtos da própria região.

A opção promocional através de catálogos ou online poderia ser opção. No entanto, não existe de momento organismo que faça este tipo de trabalho e as unidades produtivas não têm capacidade técnica e mesmo económica para o fazer;

**C)** Falta de produtos - Este constrangimento acaba por estar relacionado com o anterior. Em muitas situações os produtos até existem, embora o comprador desconheça a sua existência. Noutras situações, são as pequenas produções que não dão resposta às necessidades da procura. Existem muitos produtos de grande qualidade, quer ao nível da agricultura (ex: agricultura biológica), quer ao nível das agroalimentares (ex: enchidos, vinhos e licores) com baixas produções e de grande qualidade, que os compradores desconhecem;

**D)** Oscilações do mercado - Existem épocas do ano em que a procura aumenta, particularmente no período de férias e de maior afluência turística na região. É necessário que as unidades produtivas tenham sustentabilidade no processo produtivo de modo que consigam responder às necessidades do mercado;

**E)** Dificuldades de produção - Pelo facto da maior parte das empresas serem micro ou pequenas empresa, a sua capacidade de produção é limitada, não respondendo muitas vezes à procura. Além disso, tendo em conta a sazonalidade de parte dos produtos, faz com que os compradores procurem os fornecedores que lhes garantem o fornecimento dos produtos sem qualquer interrupção, independentemente de muitos deles estarem localizados fora da nossa região. Os produtores precisam garantir a qualidade e a quantidade necessária, por forma a satisfazerem as necessidades dos consumidores;

**F)** Preço dos produtos - É fundamental que os produtores forneçam os seus produtos a preços competitivos. Esta situação não é fácil porque têm uma capacidade de produção limitada, tornando-os menos competitivos relativamente ao preço dos produtos. É extremamente difícil as microempresas familiares apresentarem preços competitivos com empresas de maior dimensão, com produção em larga escala, que apresentam valores mais baixos, originando maior procura. Não é fácil competir com grandes produtores no que se refere ao preço dos produtos e à capacidade e/ou quantidades de produção.

Com o objetivo de apresentar soluções para ultrapassar as dificuldades e constrangimentos existentes, nestes setores de atividade, propomos:

**A)** Valorização do que é nosso - Existe a necessidade de implementação de medidas que valorizem e identifiquem os nossos produtos (ex: marcas regionais) evitando que estes sejam vendidos noutras regiões, como se aí fossem produzidos. Esta valorização passa não só pelo enquadramento legal e de qualidade, mas também pela incorporação de tecnologia e inovação na produção. Estamos a falar de produtos cuja origem assenta no saber fazer local, mas é necessário serem aperfeiçoados e inovados para se expandirem no mercado, mantendo a história e cultura locais;

**B)** Otimização dos mecanismos de distribuição e a cooperação entre produtores - É necessário haver uma maior cooperação entre os produtores, no que se refere às quantidades de produtos, para poderem responder às necessidades dos compradores. Em relação à distribuição dos produtos, é fundamental que cheguem a toda a região, para que se consuma o que é nosso. Nem os vendedores têm capacidade de distribuição, nem os compradores têm possibilidade de se deslocarem às várias unidades produtivas. Daí que seja importante montar uma estratégia que vá desde a produção à distribuição e facilite a comercialização de todos os produtos, incluindo a possibilidade de produção conjunta, dado que existem unidades produtivas que não têm capacidade de resposta para a procura existente;

**C)** Valorização dos produtos da região - É necessário manter a identidade regional, mesmo com o aumento de produção para dar resposta às necessidades do mercado. Isto é, a introdução de novas tecnologias e processos inovadores de produção, deverão ser introduzidos cuidadosamente, bem planeados e adotados de forma cuidadosa, de forma que não se perca a identidade regional;

**D)** Apoio às novas iniciativas - Precisamos encontrar formas de apoiar os novos projetos nestas regiões de baixa densidade, particularmente os que forem apresentados por jovens empresários, que criem novos produtos regionais ou desenvolvam as empresas existentes através da mecanização e modernização das formas de produção;

- E)** Promoção da diversificação da oferta - É necessário apoiar as novas iniciativas empresariais e desenvolver parcerias em complementaridade com as unidades produtivas já existentes, tornando-as mais robustas, com o objetivo de que seja possível ampliar a oferta, não só em quantidade, mas também em qualidade;
- F)** Identificação e promoção do mercado dos produtos da região - Precisamos saber concretamente quais são os produtores dos setores em análise, cuja lista é muito extensa e pouco conhecida, assim como os potenciais compradores. Com base nisto, será possível analisar e encontrar as melhores soluções para que as relações comerciais se concretizem.

## 2.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No processo de construção das políticas públicas, a participação social é muito importante, ou mesmo fundamental.

A participação dos cidadãos de forma mais ou menos ativa na tomada de decisões políticas, um anseio das populações como forma de intervirem na gestão das políticas públicas. Neste sentido, no seio da sociedade emergem muitas vezes movimentos sociais de natureza diversa e dos mais variados domínios, como forma de pressão em termos reivindicativos, tendo em vista influenciar os órgãos governamentais na tomada de decisões que mais favoreçam os anseios dos seus representados.

No que se refere aos setores agrícola e agroalimentar no território do MONTE ACE, surgem associações em ambos os setores das quais se destacam a CAP e a CNA na agricultura. Além destas, também agrupamentos de produtores que reúnem empresários em nome individual e/ou sociedades nos mais variados domínios, dos quais se destacam as adegas cooperativas dos setores dos vinhos tais com as adegas cooperativas, as cooperativas de olivicultores, no setor da olivicultura, em termos agroalimentares a carne alentejana, e o Apetal (agrupamento de produtores de enchidos). Por último, é de destacar outros agrupamentos que reúnem empresários dos mais variados ramos, dos quais são exemplos o NERE ou a ANJE.

## 2.4 POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

O posicionamento estratégico mostra quais os cenários em que se encontram os diferentes players do setor Agrícola e Agroalimentar no território MONTE ACE.

No que se refere ao setor agrícola na área de intervenção do território em estudo, verificou-se alguma estagnação ao longo dos anos. No entanto, tem-se verificado uma tendência para o regresso à terra por parte de empresários, alguns deles jovens, mais inovadores e qualificados. Este regresso à terra de "novos" agricultores tem reflexos positivos no setor agrícola, cuja modernização pretende dar resposta às necessidades do mercado cada vez mais exigente.

Paralelamente ao desenvolvimento do setor agrícola, tem-se verificado uma revitalização da atividade agroalimentar, particularmente ligada aos vinhos, azeites, queijos e enchidos e ervas alimentares e medicinais. É de referir que esta fileira agroalimentar tem fortes potencialidades em termos de internacionalização, possibilitando o crescimento destas atividades económicas, quer através da participação em missões empresariais, quer através do comércio digital.

A principal ferramenta utilizada nesse momento para analisar os cenários relativos ao posicionamento estratégico dos setores Agrícola e Agroalimentar é a análise SWOT. Ela permite uma análise mais detalhada sobre os ambientes interno e externo, com base nos seguintes elementos que consideramos importantes para o desenvolvimento das atividades económicas:

- > Manter níveis de abastecimento dos principais bens alimentares;
- > Manter a gestão da atividade agrícola sem quebrar a produtividade;
- > Melhorar o rendimento agrícola das atividades agrícolas face às restantes atividades económicas;
- > Diversificar as atividades agrícolas da exploração;
- > Valorizar os produtos de qualidade diferenciados;
- > Melhorar as infraestruturas coletivas (ex: regadio);
- > Disponibilizar mão de obra agrícola;
- > Otimizar os custos de produção através da melhoria de eficiência na utilização de fatores de produção;

- > Facilitar o acesso à terra, em particular dos jovens;
- > Melhorar o acesso ao financiamento dos agricultores;
- > Promover e divulgar os produtos agrícolas no mercado interno e externo;
- > Facilitar e reduzir os custos dos processos de licenciamento;
- > Criar entidades que promovam a organização da produção;
- > Promover a cooperação vertical entre os vários intervenientes da cadeia de abastecimento alimentar;
- > Regulamentar as relações comerciais de forma justa ao longo da cadeia alimentar;
- > Promover a fertilização orgânica;
- > Aumentar e melhorar a produção e eficiência das energias renováveis e recursos hídricos;
- > Combater a degradação dos solos e minimização dos processos de erosão e desertificação;
- > Incentivar os modos de produção sustentáveis, particularmente a agricultura biológica;
- > Facilitar o acesso ao financiamento jovem, bem como o seu acompanhamento técnico;
- > Facilitar o acesso ao financiamento jovem em termos de condições de tributação fiscal;
- > Garantir apoio ao rendimento dos jovens nos primeiros anos de instalação;
- > Aumentar a atratividade das empresas pelo mundo rural;
- > Apoiar a manutenção e desenvolvimento de pequenas e microempresas;
- > Apoiar e valorizar os recursos endógenos através de atividades complementares;
- > Promover o desenvolvimento local integrado;
- > Promover a cooperação para a cooperação entre o sistema I&DT e o setor agrícola;
- > Elaborar planos de prevenção e gestão de riscos;
- > Encontrar soluções de prevenção de riscos de catástrofes.

## 2.4.1 FORÇAS

- > Riqueza dos recursos endógenos, a par de uma forte herança do património cultural, material e imaterial;
- > Proximidade às vias de comunicação (EN4 e A6) com ligação aos centros urbanos mais relevantes a nível regional e supra-regional – Évora, Badajoz, Lisboa;
- > Enquadramento estratégico do concelho em Instrumentos de Gestão Territorial de nível superior – PROT Alentejo;
- > Existência de diversos sistemas técnico produtivo agrícola no território;
- > A taxa de desemprego é, em geral, ligeiramente mais baixa nas zonas rurais, comparativamente com a média nacional;
- > Território com produtos de qualidade reconhecida e certificada, bem como potencial de produção com qualidade diferenciada para produtos agrícolas;
- > Mercados de produtos biológicos, de época, nomeadamente associados à dieta mediterrânica ou a boas práticas ambientais/proteção da natureza, ou à dieta mediterrânica;
- > Existência de produtos de qualidade com circuitos de comercialização estáveis nos mercados nacional e internacional (ex: vinho e azeite);
- > Produções adaptadas às condições edafoclimáticas, nomeadamente vinho e azeite e hortofrutícolas;
- > Abertura dos agricultores ao associativismo, nomeadamente cooperativas de vinhos e azeites;
- > Organizações de produtores e associações empresariais;
- > Apesar da diminuição, o volume da produção agrícola tem conseguido crescer, em volume devido ao trabalho agrícola, particularmente da mão de obra familiar;
- > Aumento da produtividade do trabalho na agricultura devido à modernização e especialização das explorações agrícolas;
- > Modernização e aumento da dimensão média das explorações agrícolas;
- > Tendência para a especialização das explorações agrícolas e elevada diversidade de sistemas de produção;

- > Gestão da exploração mais flexível devido à substituição de custos fixos por custos variáveis;
- > Adaptação tecnológica às condições edafoclimáticas;
- > Aumento da competitividade e resiliência das explorações agrícolas, com recurso ao regadio, permitindo a introdução de novas culturas mais rentáveis;
- > Possibilidade de aquisição de terrenos por motivo de heranças e operações de emparcelamento, permitindo maior mecanização das explorações;
- > Abertura dos financiadores, principalmente caixas de crédito agrícola;
- > Menor rácio de crédito mal parado na agricultura;
- > Possibilidade de aumento das exportações, em particular das indústrias agroalimentares;
- > Tendência global crescente do grau de organização, com alguns setores evidenciando elevado grau de organização através de organizações de produtores;
- > Setor cooperativo agrícola com rede ampla no território;
- > Aparecimento de diferentes tipos de fileiras favorecendo a criação de organizações verticais de produção;
- > Possibilidade de regulamentar os preços dos produtos através das organizações de produtores;
- > Diminuição do total de fertilizantes azotados aplicados nos solos agrícolas, com recurso à fertilização orgânica;
- > Elaboração de planos de prevenção, monitorização e de gestão de risco bem como integração nos instrumentos de planeamento a nível das autarquias e Comunidades Intermunicipais, no que se refere à adaptação às alterações climáticas;
- > Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Desertificação;
- > Possibilidade do uso da biomassa agrícola e florestal para produção de energia renovável;
- > Redução no consumo de energético, recorrendo às energias renováveis, quer nas atividades agrícolas (regas), quer nas empresas agroindustriais;
- > Redução no consumo de energético e substituição progressiva por combustíveis menos poluentes;

- > Diminuição do consumo e aumento da eficiência energética pela Agroindústria;
- > Redução do volume de utilização de água pelo setor agrícola, recorrendo à rega gota a gota e do uso eficiente da água;
- > Sistemas de rega mais eficientes, alguns com recurso a equipamento para monitorização da água no solo;
- > Aumento da capacidade de armazenamento das albufeiras de menor dimensão, permitindo um maior armazenamento;
- > Optar por áreas de regadios coletivos permitindo melhorar as operações de monitorização da quantidade e qualidade da água e pode criar condições para uma melhor gestão sustentável do recurso água.
- > Existência de sistemas agrícolas e agroflorestais extensivos tradicionais no território, como os montados, silvopastorícia que permitam atividades agrícolas e criação de gado em regime extensivo;
- > Introdução de novas culturas e inovação tecnológica por parte dos jovens agricultores;
- > Maior nível de formação dos jovens agricultores;
- > Existência de Instituições de Ensino Profissional e Superior agrícola com experiência no ensino, na formação e na experimentação, facilitando o apoio dos jovens agricultores;
- > Projetos jovens agricultores aos Programas de Desenvolvimento Rurais apresentam um nível assinalável de investimento e com taxas de apoio mais elevadas, comparativamente com os outros agricultores;
- > Os jovens agricultores e investidores são atraídos pela inovação, conhecimento, novas culturas e tecnologia trazendo valor acrescentado às novas produções em regadios eficientes;
- > Elevada procura por setores agrícolas de maior intensidade produtiva (ex: frutos frescos e horticultura);
- > Prémio de instalação atribuído a fundo perdido, no caso da primeira instalação de Jovens Agricultores constitui um fator de alavancagem do investimento numa fase inicial;
- > A agricultura familiar tem papel fundamental na formação do produto e geração de emprego, através da pluriatividade e plurirrendimento familiar com viabilização das explorações agrícolas.

- Existência de recursos endógenos de qualidade reconhecida e/ou certificada, bem como potencial de produção com qualidade diferenciada com destino ao mercado nacional e/ou internacional;
- Importância da experiência do DLBC rural que visou especialmente promover, o território da área de estudo, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho.
- Existência de redes rurais nacionais e internacionais que envolvem, os produtores e suas organizações e as entidades públicas setoriais, forma de promover e escoar os produtos;
- Capacidade em investigação e inovação assente na Universidade de Évora e Politécnicos de Beja e Portalegre;
- Crescente cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e as empresas do setor promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela União Europeia.

## 2.4.2 FRAQUEZAS

- Existência de marcadas diferenças na distribuição dos rendimentos e da riqueza;
- Reduzida oferta de condições e oportunidades de vida na região e maior vulnerabilidade social;
- Baixa procura de produtos e serviços neste território resultante da baixa densidade;
- Baixa percentagem de superfície agrícola útil irrigável (15%);
- Distribuição da precipitação anual característica dos climas mediterrânicos gera forte dependência do regadio nas culturas com desenvolvimento no período de primavera-verão;
- Falta mão-de-obra agrícola (de forma direta ou indireta) em número suficiente e especializada, sobretudo nos períodos de maior exigência em mão-de-obra (ex: olivicultura e vindima);
- Baixa remuneração do trabalho que leva à atração de imigrantes, com todos os problemas que lhe estão inerentes;
- Dificuldades na região em competir com outros setores de atividade em termos de atração de mão de obra e de investimentos;

- Práticas de gestão muito reduzido, nomeadamente à contabilidade organizada / deficiente utilização de ferramentas de gestão no apoio à tomada de decisão pelos agricultores;
- Baixo crescimento da produção agrícola;
- Custos com energia crescentes com reflexos na modernização e viabilidade das explorações agrícolas;
- Dificuldade de acesso à terra, principalmente pelos mais jovens;
- Barreiras à inovação das empresas no sector agroalimentar devido aos custos de inovação elevados e indisponibilidades de capitais próprios;
- Dificuldade de acesso a financiamento bancário para realização de investimentos e para suprir necessidades de fundo de maneiio;
- Dificuldades de financiamento de alguns agentes económicos;
- Falta de promoção de alguns produtos agrícolas que apresentam reduzida notoriedade da imagem nos mercados externos;
- Concorrência externa do mercado do vinho com forte dependência do mercado espanhol em relação alguns produtos (ex: azeite)
- Dependência do mercado externo em relação aos produtos alimentares para os pequenos ruminantes;
- Concorrência do mercado espanhol no fornecimento de leite para as queijarias;
- Dificuldade para satisfazer as exigências sanitárias e fitossanitárias de alguns dos novos mercados extra União Europeia, através de restrições impostas por barreiras ao comércio;
- Complexidade em articular as exigências de segurança alimentar e de concorrência;
- Fraco poder negocial dos produtores agrícolas no âmbito da cadeia de valor agroalimentar devido à separação do setor da produção agrícola;
- O grau de organização de OP's tem um comportamento assimétrico quer em termos regionais quer setoriais
- Necessidade organização dos setores da carne de suíno, bovino e de ovino tendo em vista o mercado externo;
- Dificuldades de viabilização financeira e de fusão, quer em organizações de produtores quer em cooperativas (muito bairristas);

- > Diferenças entre preços agrícolas apresentam maior oscilação que os preços na indústria agroalimentar e no consumidor;
- > Funcionamento do mercado pouco transparente, nomeadamente ao nível dos preços;
- > Estruturas organizações de produtores e cooperativas com dificuldades de viabilização. Observa-se frequentemente um tecido empresarial fragmentado a montante da cadeia de valor agroalimentar, em comparação com uma crescente concentração a jusante operada pela moderna distribuição;
- > Elevado grau de concentração na indústria e distribuição agroalimentar;
- > Evolução dos preços da produção agrícola cresce abaixo dos preços dos outros segmentos da cadeia;
- > Pouca capacidade da produção agrícola em repercutir nos preços de venda o aumento dos custos de produção com impacto negativo sobre as margens dos agricultores;
- > Falta de concorrência dos fornecedores de fatores de produção (ex: adubos, fertilizantes, alimentação animal);
- > A baixa adesão a instrumentos de gestão de risco e a fragilidade no funcionamento e articulação do sistema de deteção de pragas e doenças em contexto de crescente ocorrência de doenças e pragas emergentes, bem como de fenómenos meteorológicos e hidrológicos extremos mais severos por ação das AC conduzem a aumento dos prejuízos na agricultura;
- > Falta de divulgação de conhecimento relevante de alterações climáticas adequado aos agricultores;
- > Cartografia de risco sem integração dos cenários climáticos adaptados às técnicas agrícolas (setor do vinho é exceção);
- > Produção de biocombustíveis de origem agrícola através de biomassa é quase toda importada;
- > Região em estudo localizada em área geográfica sujeita a clima mediterrânico com distribuição heterogénea da precipitação anual e intra-anual gera forte dependência da disponibilidade de água para regadio com incidência especial nas culturas no período de primavera-verão;
- > Muito baixa reutilização das águas residuais urbanas tratadas pela agricultura por ausência de oferta no mercado decorrente dos custos associados à sua distribuição;

- > Dependência crescente da disponibilidade de água para regadio com incidência especial nas culturas no período de primavera-verão;
- > Volumes e qualidade de água consumidos na agricultura com baixa monitorização;
- > A erosão hídrica é o principal processo de degradação dos solos, com implicações também na perda de carbono do solo;
- > Aumento dos riscos de erosão do solo associados à falta de ação rápida na estabilização pós incêndio;
- > Reduzida matéria orgânica na camada superficial do solo, com condições climáticas atuais promovem a sua mineralização;
- > O principal fator de constrangimento ao início da atividade dos jovens agricultores portugueses é o acesso à terra;
- > O arrendamento de curto prazo, bem como as cedências de terreno, dão um poder limitado no que se refere a decisões de gestão ao jovem agricultor, condicionando o futuro e continuidade das explorações agrícolas;
- > Dificuldades em transferir a exploração por parte dos produtores mais velhos para os mais novos (burocráticas, culturais, económicas);
- > A manutenção e inovação da atividade dos jovens agricultores são fatores condicionantes em termos de conhecimento e apoio técnico, especialmente para os que não têm ligação prévia ao setor agrícola;
- > O acesso ao financiamento é mais difícil nos jovens agricultores, principalmente em relação aos pedidos de adiantamento nos projetos de investimento, no que se refere às exigências das entidades financiadoras;
- > O risco de investimento por parte das entidades bancárias, para efeitos de concessão de financiamento, é pior nos jovens agricultores face aos restantes agricultores;
- > Os jovens agricultores apresentam menos ativos para prestar como garantia bancária, dificultando o acesso ao crédito e financiamento, porque o plano de negócio é mais arriscado;
- > A atividade agrícola para a população jovem é pouco atrativa: baixa remuneração/rendimento e maior risco face a outras atividades económicas;
- > As explorações agrícolas da região (baixa densidade), apresentam custos de produção superiores, sobretudo ao nível da comercialização de produtos.

- > A região apresenta um despovoamento acentuado, acompanhado de um grande envelhecimento das populações, nomeadamente dos agricultores;
- > Os Jovens agricultores deparam-se com algumas dificuldades, nomeadamente de contratação de mão-de-obra, face à baixa atratividade em fixar populações na região;
- > Território com ausência de infraestruturas em alguns territórios rurais (ex: caminhos...), bem como de serviços básicos de saúde e de educação;
- > Dificuldade de aproveitamento da biomassa florestal devido à localização das centrais de biomassa e à oferta de biomassa variável por falta de organização da produção;
- > A ligação entre o sistema de investigação agrícola e os agricultores é baixa.
- > Desempenho dos sistemas de inovação abaixo da média da União Europeia;
- > Reduzida interligação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e agroalimentar, com reduzida partilha de conhecimentos nestes setores;

### 2.4.3 OPORTUNIDADES

- > Importante valor patrimonial e paisagístico, potenciando os valores e recursos endógenos, fundamentais para a promoção do património e reforço da identidade;
- > Nova forma de utilização do espaço, associado a níveis de instrução da população elevados o que poderá significar maior facilidade de alteração de comportamentos ao nível da mobilidade, bem como criação e potenciação de novas atividades económicas
- > Atração da região, através da localização na área de influência entre polos urbanos com mais relevância produtiva, cultural e patrimonial (Évora e Badajoz);
- > Diversificação dos rendimentos por via de outros setores económicos complementares (turismo, produção de energia renovável, artesanato) para as explorações agrícolas e agroalimentares;
- > Dinamização da agricultura familiar, dando-lhe maior resiliência e maior capacidade de económica e coesão social e territorial, implementando verdadeiramente o Estatuto de Agricultura Familiar;
- > As boas práticas ambientais/proteção da natureza, valorizam os produtos no mercado, incorporando-lhe valor associado;

- > Preocupação crescente em matéria de gestão eficiente da água, de adaptação às alterações climáticas e de combate à desertificação (revitalização do regadio existente e aumento da área regada), com alargamento do perímetro de rega do Alqueva e restantes albufeiras, implementando um bom plano de gestão da água;
- > Orientação das Políticas públicas para a transição energética, através da redução recursos energéticos fósseis, com redução das emissões de gases com efeito de estufa;
- > Aproveitamento subprodutos agrícolas como matérias-primas e não como resíduos;
- > Interesse das instituições financeiras na disponibilização de linhas de crédito à agricultura com condições vantajosas;
- > Melhoria dos indicadores de autonomia financeira de algumas empresas;
- > Maior oferta de produtos financeiros aos agricultores;
- > Crescimento da prestação de serviços à agricultura;
- > Para manter a dinâmica das exportações agroalimentares, a internacionalização tem vindo a consolidar a presença dos mercados já explorados e abrir novos mercados;
- > Favorecimento de intercâmbios de experiências, conhecimentos e parcerias, a nível nacional e internacional devido às facilidades de comunicação;
- > Aumento da comercialização de produtos alimentares por via de comércio eletrónico, acelerado pela pandemia;
- > Aumento de consumo dos bens alimentares a nível global;
- > Tornar as Organizações de produtores como elemento estruturante para a melhoria da posição dos agricultores na cadeia alimentar;
- > Organização do escoamento da produção e redução de custos de produção como forma de estabilizar o rendimento das empresas;
- > Criação de estratégias que promovam a inovação e a internacionalização das empresas do setor agroalimentar, bem como a promoção dos produtos no mercado nacional e internacional;
- > Promoção da investigação sobre sistemas de gestão de estrumes e outros efluentes pecuários com menores emissões de gases de efeito de estufa;

- Boas práticas para a melhoria da mitigação nos setores agricultura, pecuária e floresta identificadas no contexto dos instrumentos de planeamento (Roteiro para a neutralidade carbónica 2050 e Plano nacional de energia e clima 2030);
- Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais para resolução da poluição e a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica;
- Sensibilização e formação sobre o uso eficiente da água;
- Reutilização efluentes urbanos tratados em usos compatíveis com a rega;
- Criação de legislação sobre de normas de reutilização de efluentes urbanos tratados para a rega;
- Criação de medidas que minimizem os prejuízos na agricultura, a ser previstos nos Planos de Gestão de Riscos de inundações;
- Desenvolvimento do Sistema Nacional de Avisos Agrícolas (avisos de rega, de riscos doenças, pragas e meteorológicos associados a alterações climáticas);
- Criação da Estratégia para os Biorresíduos;
- Desenvolvimento do Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas;
- Criação do sistema de informação sobre os solos da região;
- Aplicação da Estratégia Nacional de Agricultura Biológica, tendo em vista aumentar da área em modo de produção biológica, com reflexo na melhoria da qualidade do solo e na diminuição da utilização de fertilizantes inorgânicos;
- Criação de instrumento específico facilitador de acesso à terra por particularmente aos mais jovens (ex: bolsa de terras).
- Formação dos jovens agricultores através do ensino superior e ao mesmo tempo colocação da academia ao serviço da agricultura da região;
- Baixa das taxas de como oportunidade para acesso ao financiamento;
- Jovens empresário rural a ser beneficiado por instrumento específico de acesso ao investimento e apoio às empresas rurais em fase de arranque;
- Programa de Valorização do interior como oportunidade para aumentar a atratividade económica e criar incentivos ao arrendamento e/ou compra de terras da região;

- Diversificação de rendimentos, designadamente nas áreas do turismo, produção de energias renováveis e marketing direto para as empresas rurais;
- Existência de instrumentos de política facilitadores para os agricultores familiares e jovens em zonas rurais, permitindo uma maior resiliência e coesão social e territorial;
- Diversificação dos rendimentos por via de outros setores económicos complementares (ex: turismo rurais, produção de energia renovável, artesanato) e maior valorização dos produtos locais nos mercados;
- Aumento da procura mercados locais e compra direta do consumidor ao produtor, incluindo o comércio eletrónico;
- Preferência da população ao associar as áreas rurais a qualidade de vida, quer em termos de ambiente (ex: mais qualidade do ar, menos ruído), quer em tempo (e saúde e dinheiro) gasto em transportes para percurso de ida e volta para o trabalho, aliviando o stress e menos tempo com a família, a uma maior ligação às origens e à natureza, a preços mais baixos com a habitação e benefícios fiscais em algumas regiões;
- Modelo governação do DLBC rural - Possibilidade ao nível do Regulamento Comunitário de se definir uma entidade única de gestão da implementação do DLBC para todos os Fundos;
- DLBC Plurifundos - possibilidade de potenciar o impacto das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), através da complementaridade dos apoios dos vários fundos comunitários disponíveis, através dos Programas financiadores com a articulação de instrumentos de política;
- Utilização de subprodutos agrícolas como matérias-primas;
- Expansão do setor da bioeconomia (biomassa natural, lamas, estrumes, subprodutos agroindústria, etc...);
- Maior utilização do papel e redução do plástico;
- Valorização agrícola de subprodutos agrícolas, ambientalmente seguros, com o objetivo de aumentar o teor de matéria orgânica e a retenção de água no solo e consequentemente promover a sua fertilidade;

➤ Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30, tendo em vista a revitalização das áreas rurais, nomeadamente:

**DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA:** incentivar a diversidade de atividades em áreas rurais, combinando a agricultura, pecuária, silvicultura e turismo, e promover a multifuncionalidade dos sistemas agrícolas e agroflorestais.

**INFRAESTRUTURAS:** promover o desenvolvimento de infraestruturas (rega, redes de comunicação digital, plataformas de avisos, etc.).

**ACESSO À TERRA:** facilitar o acesso à terra, promover formas de emparcelamento, estudar e desenvolver formas inovadoras de acesso e de gestão partilhada e ou agregada.

**INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** disponibilizar instrumentos financeiros de acesso ao capital e gestão de risco, de apoio aos pequenos agricultores e detentores do Estatuto da Agricultura Familiar e melhorar os instrumentos de apoio à renovação geracional, em especial através da PAC, com um enfoque na mobilização das mulheres para a utilização destes instrumentos e para o empreendedorismo.

**MERCADOS:** facilitar o acesso aos mercados, nomeadamente pelo desenvolvimento de plataformas de comercialização e redes de cooperação.

**PROMOÇÃO NACIONAL:** criar campanhas e estratégias para a promoção do consumo agroalimentar nacional.

**PROMOÇÃO INTERNACIONAL:** levantar barreiras à exportação, identificar parceiros que possam apoiar na internacionalização da agroindústria portuguesa e implementar estratégias comuns de comercialização e marketing de produtos agroalimentares e com outros setores de atividade económica (iniciativas de crossselling e de estratégias de eficiência coletiva), apostando em novas formas de comercialização (comércio eletrónico) e na promoção digital;

**PROMOÇÃO INTERNACIONAL:** assegurar o posicionamento da agricultura nacional junto dos fóruns e entidades com foco no investimento no setor agroalimentar, tendo por base uma proposta de valor distintiva de Portugal enquanto destino de IDE orientado ao setor agroalimentar e que permita reduzir falhas das cadeias de valor.

**ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO:** promover organizações de nível superior [interprofissionais, associações ou fusão de Organizações de Produtores (OP) reconhecida.

**INTEGRAÇÃO:** criar medidas de apoio à integração no mercado das pequenas explorações agrícolas e de pequenas unidades de processamento agroalimentar e assegurar relações equilibradas entre os vários operadores das cadeias de abastecimento.

Promoção dos produtos agroalimentares portugueses.

**REGULAMENTAÇÃO:** estabelecer regulamentação incentivadora de boas práticas e impeditiva de práticas comerciais desleais.

**EFLUENTES PECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS:** desenvolver e adotar sistemas de gestão de efluentes com menores emissões de GEE.

**FERTILIZAÇÃO DO SOLO:** reduzir a aplicação de adubos químicos azotados e incrementar a aplicação de matéria orgânica no solo, nomeadamente através da aplicação de composto.

**ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:** instalar ou reverter para culturas com espécies e variedades, melhor adaptadas às alterações climáticas, desenvolver e adotar práticas e técnicas que reduzam a vulnerabilidade e exposição a riscos bióticos e abióticos.

**TRANSIÇÃO AGRO ENERGÉTICA:** Produção e consumo de energia: fomentar a eficiência energética e instalação de unidades de produção para o autoconsumo, individual, coletivo ou em contexto de comunidades de energia renovável.

**GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS:** incrementar a capacidade de armazenamento, distribuição e gestão eficiente da água, em linha com o Programa Nacional de Regadios.

**CONSERVAÇÃO E FERTILIDADE DO SOLO:** promover a adoção de práticas agrícolas de conservação do solo e de melhoria da sua fertilidade.

**FERTILIZANTES ORGÂNICOS:** promover o desenvolvimento de fertilizantes orgânicos, compostagem local, incrementar a fertilidade, estrutura, microbioma, resiliência, sequestro de carbono, redução da poluição do ar, gestão e proteção da qualidade da água e dos ecossistemas.

**REVITALIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS:** A iniciativa visa atrair e fixar pessoas nos meios rurais, sobretudo jovens, em atividades agrícolas, da indústria agroalimentar ou de prestação de serviços a todo o setor e atividades conexas. Desenvolverá uma nova abordagem dirigida à população residente nestes territórios, com atividade relacionada com o setor agroalimentar, nomeadamente a agricultura familiar, aos jovens agricultores e jovens empresários rurais, às mulheres agricultoras, criando e promovendo novos incentivos e benefícios de contexto para que mais pessoas se possam envolver no setor agroalimentar e atividades conexas.

**SISTEMAS DE PRODUÇÃO MAIS SUSTENTÁVEIS:** aumentar a área do Modo de Produção Integrada, Modo de Produção Biológica, Agricultura de Conservação, Agroecologia, e outros regimes sustentáveis.

**PRÁTICAS AGRÍCOLAS:** desenvolver e adotar práticas de proteção integrada e agroecologias que permitam a redução do uso e do risco de inputs de síntese.

**CONHECIMENTO:** promover a partilha e difusão do conhecimento, o estabelecimento de redes de inovação e de criatividade, com grande foco na pequena produção, na agricultura familiar, no papel, contributo e condições das mulheres agricultoras, nos jovens agricultores e nos jovens empresários rurais, e a articulação com as escolas profissionais e entidades com responsabilidades na formação profissional.

**PEQUENA AGRICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR:** promover a conservação e valorização dos recursos dos territórios associados à atividade agrícola.

**INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL:** reconhecer modelos inovadores de organizações de produtores ou cooperativas, adaptados à pequena agricultura familiar e multiprodutos.

**AGRICULTURA FAMILIAR:** direitos relativos aos consumos de energia, consagrados pelo Estatuto da Agricultura Familiar, como sejam a gestão eficiente de custos e redução dos custos de energia e a utilização de energias com base em fontes de produção renováveis.

**BIOGÁS:** Promover soluções integradas de tratamento dos efluentes agropecuários associadas à recuperação de biogás para produção de energia;

**BIORREFINARIAS E PEQUENAS CENTRAIS DE BIOMASSA:** implementar biorrefinarias rurais/regionais direcionadas para a obtenção de bioprodutos, otimizar a

utilização de agrobiomassas não competindo com a cadeia alimentar (humana e animal), desenvolver novos processos e novos produtos de maior valor acrescentado, apostar na digitalização, e em pequenas centrais de produção de energia (calor/eletricidade);

**SUBPRODUTOS:** explorar a valorização de subprodutos numa lógica de cascata de valor e de abordagem integrada dos sistemas de produção, promover a integração de atividades como os subprodutos em alimentação animal e os serviços de ecossistema

**INOVAÇÃO:** apoiar a inovação para a criação de novos produtos que correspondam às novas tendências de consumo, apoiar a inovação orientada para a exportação (desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos).

**REDES COLABORATIVAS:** apoiar a inovação e as redes colaborativas de agricultores para a transição energética e descarbonização do setor, nomeadamente através do fomento ao estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável e de autoconsumos coletivos.

**INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO:** estabelecer as linhas orientadoras de I&D na agricultura e na alimentação no período 2020-2030.

## 2.4.4 AMEAÇAS

- > Decréscimo e envelhecimento da população;
- > Falta de diversidade social e etária de habitantes, por unidade territorial, face às eventuais dinâmicas com potencial de crescimento;
- > Risco de mono funcionalidade, pela concentração do setor terciário e pela oferta de habitação desadequada às necessidades;
- > Resistência à mudança por parte da comunidade e instituições, com hábitos enraizados;
- > Decréscimo acentuado do emprego ao nível dos setores primário, comparativamente com outros setores de atividade;
- > Ausência de infraestruturas, ou de má qualidade em vários territórios da região, nomeadamente rurais (ex: banda larga, regadio, caminhos...);

- Os riscos climáticos poderão condicionar as produções agrícolas;
- Incerteza económica e política a nível internacional (crises sociais e políticas nos mercados de destino de produtos agroalimentares);
- Condicionamentos das alterações climáticas, levando a perdas de rendimento com o ajustamento da atividade agrícola, nomeadamente com a adoção de práticas adaptativas e mitigadoras;
- Dificuldade das pequenas e médias explorações na introdução de tecnologias;
- Concorrência dos países com custos de produção mais baixos, resultantes da globalização;
- Instabilidade dos preços dos consumos intermédios agrícolas, nomeadamente dos preços mundiais das matérias primas (ex: cereais, petróleo) num contexto de dependência energética do exterior;
- Falta de cadastro rústico, ou de má qualidade, que impede ou dificulta a mobilidade e o acesso à terra;
- Promoção dos produtos no mercado externo com custos elevados;
- Alteração dos padrões de consumo com impacto na procura de bens alimentares;
- Dificuldade da desclassificação dos resíduos, tendo em vista a sua classificação como subprodutos;
- Constrangimentos à atividade agrícola resultantes de legislação em matéria de licenciamentos;
- Dificuldades de licenciamentos, nomeadamente no âmbito de investimentos, resultante de legislação pouco flexível e extremamente burocrática;
- Difícil participação e entrada no mercado final resultante das marcas próprias dos produtos;
- Grande concorrência particularmente no mercado Agroalimentar com desvantagem para os agricultores;
- Perda da atividade agrícola decorrente do despovoamento/envelhecimento populacional, com reflexo no aumento dos incêndios;
- Ausência de discriminação positiva em termos energéticos para a agricultura e agroindústria;

- Agravamento do índice de escassez hídrica como resultado das alterações climáticas com reflexo na redução da qualidade da água, designadamente das massas de água subterrâneas;
- Agravamento dos efeitos do fenómeno da desertificação no quadro das alterações climáticas, potenciando fenómenos de degradação dos solos e da terra, com promoção da erosão hídrica do solo e da sua capacidade para retenção da água e de baixos teores de carbono orgânico no solo, devido ao aumento previsível da temperatura, que agravará o processo da sua mineralização, sobretudo no sul do país;
- Dificuldade de substituição de gerações em idade ativa, em particular na região em estudo;
- Noção de menores condições de vida nas áreas rurais por via da diminuição do acesso a serviços e infraestruturas fundamentais (ex: cultura, lazer, educação, saúde, redes digitais);
- Redução da população ativa no setor agrícola, sobretudo a mais jovem, possibilitando o abandono das terras, diminuindo a fixação de população jovem no meio rural, com eventual diminuição da produção de bens alimentares sustentáveis e promoção da proteção dos recursos naturais;
- Dificuldade de substituição de gerações em idade ativa, em particular nas zonas rurais;

## 2.5 SITUAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA E AGROALIMENTAR NO TERRITÓRIO MONTE ACE NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL

O Alentejo apresentou em termos globais uma economia que assentava basicamente na agricultura e agropecuária com criação de gado em regime extensivo. Nas últimas duas décadas tem vindo gradualmente a ficar com uma economia terciarizada.

O Alentejo Central não fugiu à regra, a tendência é muito semelhante à da região onde se integra. O sector agrícola foi tradicionalmente aquele que mais população empregou, tendo-se constatado nas últimas décadas a diminuição da importância do setor primário.

Apesar de tudo, ao nível da agricultura, destacam-se hoje em dia algumas áreas que marcam pela diferença. Por um lado, os agricultores recorreram à inovação e mecanização da agricultura, na qual tem havido uma grande aposta, principalmente ao nível da olivicultura, viticultura e frutos secos (nogueira e amendoeira), recorrendo a irrigação, como forma de aumentar a produção e viabilizar as explorações agrícolas. Além destas também as apostas no enoturismo, algumas explorações de árvores de fruto, agricultura biológica e ervas alimentares e medicinais são exemplos de mudança no rumo agrícola do Alentejo Central e do Alentejo em geral.

Também o setor agroalimentar tem procurado aliar a inovação e mecanização à qualidade e tradição. Nesta situação estão os sectores de transformação das carnes e do leite, de produção de azeites e vinhos, que têm apostado na qualidade e têm cada vez maior capacidade de projeção a nível nacional e internacional.

Estes grandes sectores têm apostado bastante na qualidade, aliando o saber fazer às atividades de investigação e ao mesmo tempo introduzindo tecnologia na transformação.

Estes setores agroalimentares têm conseguido apostar na inovação, quer do produto, quer do processo, estando cada vez mais fortes ao nível da promoção e marketing, tornando-se atividades promissoras.

No entanto, nem todas as empresas apresentam capacidade imediata de inovação. Existem razões variadas que se prendem com a pequena dimensão das empresas, os custos associados, ao nível de apoio técnico, além de dificuldades de apoio com entidades especializadas em atividades de I&D.

É de referir que, para as empresas sedeadas no Alentejo Central, os principais obstáculos à inovação estão essencialmente associados aos elevados custos, bem como à dificuldade de fontes de financiamento adequadas à implementação deste tipo de ações, designadamente no caso de muito pequenas empresas.

O Alentejo Central, apesar dos constrangimentos existentes, possui um território com muito boas características em todas as áreas de desenvolvimento, precisa urgentemente resolver o problema demográfico. Só assim será possível solucionar os problemas relacionados com o mercado de trabalho, tendo em vista a atração e fixação de mão de obra, particularmente jovem.

Perante estas oportunidades e desafios, é necessário que os responsáveis políticos encontrem as melhores soluções por forma a que o Alentejo bem como o Alentejo central possa dar o importante salto necessário, rumo ao tão desejado desenvolvimento sustentável.



### 3.

## ANÁLISE RETROSPETIVA

O modelo de desenvolvimento territorial de Portugal, é resultante da política de desenvolvimento traçado pelo Estado Novo e que contribuiu desde sempre para um excessivo desenvolvimento de litoral, relativamente ao interior do país. Mesmo no litoral o desenvolvimento assentou sempre Lisboa e o Porto que se distinguiram como dois importantes centros urbanos mais importantes do país.

O historial do desenvolvimento alentejano demonstra que, além do abandono a que sempre esteve vetado, manifesta grandes constrangimentos, nomeadamente:

- Competição entre "vários alentejos" que em vez de cooperarem, entram em competição, o que em nada contribui para o seu desenvolvimento;
- A demografia, problema que teve início na década de 60, que se tem acentuado e precisa ser minorado;
- A questão da água, constitui um velho problema, que foi minorado com a construção da barragem de Alqueva, mas não resolveu o problema.
- A coesão territorial é necessária e também é muito importante minorar a estratificação social,
- A competitividade e inovação são muito importantes, embora tenham melhorado, precisa ser consolidado e preparado para o novo modelo produtivo.
- As qualificações escolares e profissionais, apesar dos progressos nas classes etárias mais jovens, existem grandes constrangimentos ao nível da população ativa e da formação de jovens técnicos.

Estes constrangimentos em nada contribuem para o verdadeiro desenvolvimento do Alentejo e o Estado português, se durante o Estado Novo atrasou tudo o que eram grandes projetos estruturantes, no Portugal Democrático, melhorou pouco relativamente ao que era espetável.

Ao falarmos de projetos estruturantes, que podiam ter mudado completamente o território alentejano, não podemos deixar de falar do grande lago de Alqueva. O impacto que a utilização daquela água tem hoje, não é o mesmo que teria tido se o grande lago tivesse sido construído quando foi projetado, tal como todo o plano de rega associado. A utilização da água, bem como o tipo de culturas seriam diferentes e talvez não se fizesse hoje o tipo de críticas que são feitas à sua utilização, nomeadamente no que se refere ao tipo de culturas praticadas em regime intensivo e superintensivo.

O Alentejo Central, à semelhança do Alentejo em termos gerais, não fugiu à regra. Sofreu dos mesmos problemas estruturais e embora a região com melhores indicadores, como resultado do esforço feito pelo poder local, regional e central e por organismos públicos e privados, ainda muito há para fazer.

No caso da área de influência do MONTE ACE, relativamente aos setores agrícolas e agroalimentares existem melhorias que resultam de investimentos apoiados pelo PDR, quer diretamente através dos projetos apoiados através de concursos abertos a nível nacional, quer através dos concursos lançados através dos programas Leader e mais recentemente pelo DLBC rural.

Estes investimentos têm permitido melhorar substancialmente o tecido produtivo desta região, quer em termos agrícolas, com apoios ao nível das atividades da exploração agrícola, quer ao nível da diversificação das atividades dentro a exploração, como complemento às atividades agrícolas desenvolvidas.

A competição e inovação são muito importantes, e em particular nos territórios de baixa densidade como é o caso do Alentejo Central. Existem na região grandes potencialidades, não só pelo nível das infraestruturas já realizadas ou em curso, bem como pelas que são expectáveis. No entanto, apesar dos investimentos e das potencialidades, o principal problema e mais grave, é de natureza que se estende também ao resto do país. Isto é, o Alentejo Central tem potencialidades e possibilidades de se desenvolver, de forma a se poder tornar inovador e competitivo.

Os setores agrícolas e agroalimentares, têm enorme potencial para afirmarem a identidade e autenticidade da nossa região com forte impacto ao nível turístico, quer seja de um ponto de vista dos segmentos principais da oferta, através de produtos estruturados em torno do turismo gastronómico ou do enoturismo, quer seja do ponto de vista das atividades complementares de suporte à atividade turística, como por exemplo, o alojamento e a restauração.

Ao incluirmos os produtos agroalimentares na gastronomia turística, vai ser benéfico para este setor, dado que aumenta o leque de clientes, as oportunidades para escoar a sua produção e, eventualmente, de expandir a dimensão do negócio.

No entanto, é através da inovação e a competitividade que o podem tornar o Alentejo e as suas empresas, diferenciadoras do resto do país. Mas tal só é possível, desde que o Poder Central, Regional e as Autarquias Locais desempenhem o papel que devem desempenhar. Isto é, remarem no mesmo sentido, aproveitando os excelentes recursos agrícolas e agroalimentares que temos, além de poderem atrair outras atividades relacionadas com estes setores, quer a montante, quer a jusante destas atividades.

## 4. ANÁLISE PROSPETIVA

### 4.1 PREVISIBILIDADE DE CRESCIMENTO

Tendo em conta o cenário dos setores agrícola e agroalimentar no território do MONTE ACE, no qual foram identificadas situações negativas e/ou oportunidades. É com base nisto que surgem as pistas e os melhores rumos a seguir para darem resposta ao mercado, assim como identificar as tendências que merecem maiores investimentos.

Encontramos em ambos os setores (agrícola e agroalimentar) empresas de dimensão diferentes em termos de escala ao nível da produção. Por um lado, temos as empresas de média e grande dimensão, e por outro lado as empresas de micro e pequena dimensão.

Em termos estratégicos, entendemos que existe compatibilidade para a existência de empresas de grande, média e pequena dimensão, que podem mesmo ser complementares. Em todas é necessário inovar para aumentar a competitividade nos produtos de média e grande escala. Os recursos existem, nomeadamente a terra que permite o pastoreio para a pecuária, e com o grande lago de Alqueva, a água veio dar grande contributo ao desenvolvimento de atividades agrícolas de média e grande dimensão. Alertamos, no entanto, para a boa gestão da água porque não é finita e devido às alterações climáticas, vai sendo cada vez mais escassa.

É necessário aproveitar a área de regadio de forma sustentável, sendo necessário inovar e investigar nas diversas áreas tendo em vista a utilização racional dos recursos ambientais, nomeadamente a água e os solos, sob pena destes últimos ficarem esqueléticos devido à sua exploração intensiva e super intensiva.

Já existem empresas de média e grande dimensão a explorar os subsectores produtivos, nomeadamente, o frutícola e o hortícola, as culturas industriais, as culturas arvenses e o olival e a vinha que beneficiam da rega, e sobre os quais se tem levantado vozes críticas em relação à forma de exploração dos solos.

Quanto às micro e pequenas empresas, devemos apostar na sua valorização dos produtos tradicionais qualificados que assentam no saber-fazer e da sua articulação com a estratégia de outros setores, nomeadamente o turismo. Contrariamente aos produtos produzidos em média e grande escala, estes produtos assentam em especificidades locais e assentes em modos de produção tradicionais. São produtos que assentam em nichos de mercado com elevados padrões de qualidade e baixos níveis de produtividade, devendo ser protegidos e apoiados.

No caso das indústrias agroalimentares da região, é necessário continuar a aposta ao nível dos aspetos produtivos, mecanização, seleção de raças e variedades e aposta na investigação e desenvolvimento. É necessário continuar a incentivar o lançamento de produtos inovadores e capazes de satisfazer as exigências e necessidades dos consumidores. Além disto, a aposta na criação de marcas, certificação de produtos, etiquetagem, rotulagem e criação de formas protecionistas e de identificação de forma a não serem vendidos como se fossem produzidos fora da nossa região.

Transversalmente aos dois setores e respetivos subsectores é a falta de mão de obra devido ao envelhecimento das populações. É necessário atrair mão de obra para estes territórios, uma vez que o capital humano é absolutamente indispensável para o desenvolvimento das atividades agrícolas e agroalimentares. Para que isto se concretize, é necessário o mercado de arrendamento que possibilite a atração e a instalação de nova mão-de-obra.

Em termos estratégicos é muito importante a dinâmica inovadora na produção para a qual devem contribuir várias entidades, nomeadamente o imprescindível apoio económico às empresas através do aproveitamento dos fundos comunitários, os agrupamentos de produtores, Universidade de Évora e Institutos politécnicos de Beja e Portalegre e as Associações de Desenvolvimento Local.

Estas várias entidades devem ter presente proposta de Regulamento sobre os Planos Estratégicos da PAC-2023-2027 que prevê no seu artigo 5º que os objetivos gerais devem ser complementados pelo objetivo transversal de "modernizar o setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização nas áreas agrícola e rural e promover sua adoção".

Além deste objetivo transversal da PAC as quatro componentes a serem abordadas a não esquecer:

- A)** Formação e aconselhamento;
- B)** Inovação;
- C)** Estrutura organizacional de Sistemas de Conhecimento e Inovação Agrícola (AKIS);
- D)** Digitalização.

Acreditamos que do esforço e empenho de todos os stakeholders é possível continuar a desenvolver o Alentejo Central, garantindo o futuro desta parcela integrante do Alentejo que se quer desenvolvida de forma sustentada e sustentável e onde se possa viver com dignidade.

## 5. AGILIDADE NA ADAPTAÇÃO FRENTE AS POSSÍVEIS MUDANÇAS

Vivemos uma era em que tudo muda, a uma velocidade muito grande. Os avanços tecnológicos ajudam os consumidores, mas apresentam novos desafios às empresas. Portanto, aquelas que conseguem identificar as tendências com mais antecedência saem na frente na oferta das novidades aos clientes e ganham um diferencial.

Neste capítulo, debruçar-se-á, não só sobre o que previa a EREI (Estratégia Regional de Especialização Inteligente) Alentejo 2014-2020, mas também sobre o que prevê a EREI Alentejo 2021-2027 aplicáveis à região Alentejo em geral, e à sub-região Alentejo Central em particular, essencialmente importante ao nível deste estudo.

A EREI Alentejo, referente ao período de programação 2014-2020, reconheceu três domínios de especialização inteligente consolidados – Alimentação e Floresta, Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais, e Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo – e dois domínios de especialização inteligente emergentes – Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente, e Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social. Desta forma, é consensual considerar-se que o Setor Agrícola e Agroalimentar se enquadra no domínio de especialização inteligente (consolidado) Alimentação e Floresta.

Como **CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS DO DOMÍNIO ALIMENTAÇÃO E FLORESTA**, na região Alentejo em geral, a EREI Alentejo identificou:

■

- > Condições edafoclimáticas que propiciam circunstâncias ímpares para a obtenção de boas produções agrícolas, pecuárias e florestais competitivas, nomeadamente, montado, cortiça, vinha, olival, hortofrutícolas, culturas bioenergéticas e pecuária extensiva;
- > Atividades (em particular a produção de cortiça e de pequenas fileiras produtivas) que exploram a multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais em largas parcelas do território regional;
- > Ocupação florestal de aproximadamente 42% do território regional, com significativa expressão dos povoamentos de quercíneas (áreas de montado, sobro e de azinhal);
- > Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e Bacia do Tejo;
- > Centros de conhecimento, de investigação e de desenvolvimento tecnológico reconhecidos internacionalmente, capazes de dar resposta aos desafios relacionados com a agricultura, o agroalimentar e o alimentar;
- > Existência de competências científicas (ciências biológicas, agrárias, veterinárias, TIC).

■

Para além disso, destacou o Potencial Científico existente no âmbito do domínio Alimentação e Floresta, na região Alentejo em geral, nomeadamente:

“

- > Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM);
- > Laboratório de Biotecnologia Aplicada e Tecnologias Agroambientais;
- > CIBIO EU - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos;
- > CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Agroalimentar do Alentejo;
- > Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio (COTR) e Centro Operativo e Tecnológico do Arroz (COTRARROZ);
- > Cluster Agroindustrial do Ribatejo;
- > CEFAGE - Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia;
- > BioData.pt – Rede Portuguesa de Dados Biológicos.

”

Ao nível do Alentejo Central, particularmente importante para este estudo, destaca-se o ICAAM, unidade de investigação sob tutela da Universidade de Évora, o Laboratório de Biotecnologia Aplicada e Tecnologias Agroambientais, laboratório de investigação sob tutela da Universidade de Évora, e o CEFAGE, unidade de investigação sob tutela da Universidade de Évora.

Adicionalmente, considera que o domínio Alimentação e Floresta tem, na região Alentejo, diversas vantagens competitivas, as quais são as seguintes:

“

- > O Alentejo é o principal produtor mundial de cortiça e tem potencial para incrementar as atividades relacionadas com a cortiça;
- > Antecipação da produção de culturas (melão, uva de mesa, hortícolas, frutos vermelhos, entre outras) devido ao número de horas de sol diárias na região e ao aumento da área de regadio;
- > Experiência na constituição de fileiras produtivas de sucesso (e.g. vinho, azeite);

- > Existência de áreas florestais significativas com grande potencial para a exploração silvo-pastorícia, de produtos não lenhosos, para o desenvolvimento de atividades cinegéticas, de recreio e lazer;
- > Expansão da florestação com sobro, azinheira e olival;
- > Existência de vários produtos de reconhecida qualidade (arroz, enchidos, carnes frescas e queijos) associados aos recursos endógenos que detêm uma grande criatividade, tipicidade e capacidade de inovação em alguns domínios.

”

Por último, mas não menos importante, identifica um conjunto de oportunidades no âmbito do domínio Alimentação e Floresta, na região Alentejo, as quais, se devidamente aproveitadas, contribuem para a convergência deste domínio no sentido da sua maior sustentabilidade. As oportunidades referidas são as seguintes:

“

- > Desenvolvimento de metodologias inovadoras de facilitação do crescimento da regeneração do montado (em especial do crescimento do sobreiro e da azinheira) e dos serviços dos produtos associados (cogumelos, aromáticas, mel...);
- > Reforço da integridade e da multifuncionalidade da paisagem;
- > Aumento da qualidade e valor acrescentado dos produtos agroalimentares;
- > Desenvolvimento de metodologias inovadoras de monitorização e/ou reaproveitamento das áreas de pastagens e pastoreio;
- > Reajustamento de usos e funções com as novas valências do EFMA - regadio, frutas, hortícolas, turismo - e potencialidades associadas da agroindústria;
- > Melhoria da gestão dos recursos hídricos na atividade agrícola decorrente dos novos programas de regadio visando também o uso eficiente da água de rega, dos fatores e dos recursos associados (energia e fertilizantes);
- > Qualificar a rede de infraestruturas de acolhimento e desenvolvimento empresarial e logístico de forma a facilitar o escoamento dos produtos agrícolas e agroalimentares nos mercados nacionais e internacionais, de forma regular e inovadora;
- > Desenvolvimento do Setor do Turismo nas suas diferentes vertentes (gastronómico, enológico, rural, etc.) afirmando a região Alentejo como região de excelência suportada na diversidade e qualidade de recursos.

”

Neste sentido, as diversas oportunidades de financiamento disponibilizadas pelos vários fundos comunitários revelaram-se extremamente importantes para a alavancagem da exploração destas oportunidades, seja a nível da promoção do emprego nos setores agrícola e agroalimentar, seja a nível da melhoria das infraestruturas e dos equipamentos produtivos, no sentido da sua eficiência produtiva, energética, hídrica, etc., seja a nível do fomento do emprego/empreendedorismo jovem nestes setores, entre outros. É extremamente importante a implementação de políticas públicas que contribuam para um maior crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade dos setores agrícola e agroalimentar. São destes setores que estamos totalmente dependentes. Não é por acaso que fazem parte do (grande) setor primário.

Por falar nesta questão, no Estudo *"Atualização participativa do diagnóstico da estratégia, na componente de empreendedorismo e emprego para a região do Alentejo central e realização de Diagnóstico prospetivo na área do emprego e empreendedorismo para a região do Alentejo Central"*, elaborado pela MONTE constatou-se uma proporção significativa de operações executadas ao abrigo dos Sistemas de Incentivo, no território de intervenção do GAL Alentejo Central nos setores da agricultura e da indústria agroalimentar, infelizmente ultrapassados por outros setores no que diz respeito ao número de projetos executados. É também nas operações executadas ao abrigo dos Sistemas de Incentivo no setor da indústria agroalimentar que se verifica a realização de um maior investimento, total, elegível e cofinanciado, e é nas operações apoiadas pelos SI no setor da agricultura que se regista uma maior taxa de cofinanciamento, em termos médios. Assim, através da análise, foi possível constatar que estão a ser desenvolvidos investimentos nos setores da agricultura e da indústria agroalimentar, contribuindo, desta forma, para a consolidação destes domínios de especialização.

Por outro lado, a EREI Alentejo, referente ao período de programação 2021-2027, reconhece como domínios de especialização inteligente a Bioeconomia Sustentável, a Energia e Mobilidade Sustentáveis, os Serviços de Turismo e Hospitalidade, as Indústrias Culturais e Criativas, e a Inovação Social e Cidadania, enquanto como domínios transversais, reconhece a Digitalização da Economia e a Circularidade da Economia. Neste caso, considera-se que o Setor Agrícola e Agroalimentar se pode enquadrar no domínio de especialização inteligente Bioeconomia Sustentável.

Enquanto Ações Transformativas de Base Regional, são identificadas quatro: Fileiras Produtivas Completas; Hub da Economia Azul; Hub da Floresta Mediterrânea Multifuncional; Hub dos Subprodutos Agrícolas e Pecuários. De seguida, descreve-se, detalhadamente, em que consiste cada uma destas quatro Ações:

■

- Fileiras Produtivas Completas é uma ação que visa a promoção de investimentos inovadores que apliquem os princípios da Agricultura 4.0 e/ou da Economia Circular e que contribuam para elevar a cadeia de valor do setor primário, nos sistemas culturais de sequeiro e regadio, com base na rentabilização dos fatores de produção, no incremento de indústrias transformadoras e na valorização dos fluxos de resíduos como matérias-primas para novas indústrias e/ou bioindústrias.
- Hub da Economia Azul é uma ação que procura o reforço das cadeias de valor relacionadas com os ecossistemas marinhos e dulciaquícolas, bem como com a gestão sustentável dos respetivos recursos hídricos e biológicos, tendo por base a gestão sustentável dos recursos haliêuticos e da aquacultura, a recuperação de habitats, a capacitação e a transferência de conhecimento científico para a valorização do capital natural dos recursos aquáticos.
- Hub da Floresta Mediterrânea Multifuncional é uma ação que pretende mobilizar ID&T no sentido de: valorizar economicamente estes ecossistemas considerando os serviços que prestam na mitigação aos efeitos das alterações climáticas; regenerar e/ou inverter processo de degradação associados à escassez e/ou a más práticas de uso dos recursos/ativos; e construir processos de valorização das cadeias de valor associadas a um ecossistema mais sustentável.
- Hub dos Subprodutos Agrícolas e Pecuários é uma ação que pretende mobilizar I&DT no sentido de valorizar estes subprodutos integrando uma cadeia de soluções de simbiose industrial capazes de gerar novos produtos e/ou novas matérias primas (secundárias) para a bioindústria.

■

Como Linhas de Ação Específicas, pretende-se:

■

- Incrementar a capacidade regional em indústrias bio-based com foco na capacitação para a Bioeconomia;
- Elevar a cadeia de valor e a sustentabilidade do setor primário (fileiras vegetal e animal), nos sistemas culturais de sequeiro e regadio;
- Gestão e valorização do Ecossistema da Floresta Mediterrânea.

■

Em termos específicos:

- Apoio ao investimento em I&D, por parte das empresas, que promova a integração de recursos humanos altamente qualificados e de conhecimento com retorno económico;
- Apoio a ações de inovação produtiva que visem a rentabilização dos fatores de produção;
- Apoio a ações de I&DT que mapeiem e sistematizem as melhores práticas com base nos processos de agricultura familiar (de proximidade) e nas oportunidades geradas pela construção de bacias alimentares de proximidade (circuitos curtos de comercialização, Km0, etc.);
- Apoio a ações que, privilegiando a relação entre atores territoriais improváveis, acrescentem competências dentro de cada ecossistema e/ou ações de incubação e/ou definição de medidas/propostas (disruptivas) que potenciem transferência de conhecimento e tecnologia, para além de assegurarem a representatividade e sustentabilidade da biodiversidade presente nas áreas naturais classificadas.

Os próximos anos poderemos vir a verificar um impulsionar muito forte e de uma corrida tecnológica muito rápida na agricultura. Combinar big data com ciência de ponta e inteligência artificial com tecnologia assente em cloud pode revolucionar a forma de agricultar para níveis até agora só imagináveis em ficção. Os instrumentos de financiamento existentes e que teremos a vigorar nos próximos anos, nomeadamente nos territórios rurais como são o caso da MONTE ACE, serão impulsionadores do desenvolvimento tecnológico.

Deixamos algumas pistas do que poderá vir a fazer a diferença nas práticas agrícolas com vista à sustentabilidade:

- A)** Culturas de cobertura - A tendência vai passar por trabalhar melhor a "saúde" do solo, a gestão de nutrientes e o sequestro de carbono para incentivar estas práticas. A agricultura é a única indústria que pode provar que consegue sequestrar mais carbono do que aquele que a mãe natureza já sequestra" revela Lowell Catlett, economista 'futurista' e diretor do College of Agricultural, Consumer and Environmental Sciences da New Mexico State University.
- B)** Créditos de carbono - Investir em culturas de cobertura e manter culturas a crescer é a única forma de sequestrar CO2 da atmosfera. Na próxima década mais empresas privadas e programas governamentais vão estar disponíveis para pagar aos agricultores serviços ambientais, como o resgate de carbono no solo. "Já existe muita gente à procura de comprar créditos de carbono e vão surgir muito mais e criar mercados ainda maiores", adianta Lowell Catlett. As estimativas apontam para que o mercado global de CO2 possa

valer 160 mil milhões de dólares uma altura em que cada vez mais países e empresas tentam chegar aos seus objetivos de emissões com a compra de créditos.

- C)** O papel dos microorganismos - A agricultura 'debaixo do solo' pode vir a merecer tanta atenção como a que se pratica no solo muito em breve. Há novas descobertas sobre o papel dos micróbios, como as bactérias, fungos, vírus ou protozoários, e o seu real potencial para a agricultura. "Chamo-lhe agricultura subterrânea", avança Catlett. "Vamos dar tanta importância à gestão do subsolo como à do solo graças ao crescente interesse pelos importantes micróbios". De acordo com o estudo Markets and Markets Research, o mercado da 'agricultura microbiana' vai valer mais de 6 mil milhões de dólares em 2022.
- D)** Hiper precisão - Agricultura de precisão é passado, dizem os especialistas, porque encontramos na década da hiper precisão. A ideia é maximizar o rendimento em cada milímetro da operação usando apenas os recursos estritamente necessários para a máxima produtividade. Isto significa otimizar a produção "semente a semente" revela o futurista Jack Uldrich. "Cada semente plantada tem de estar na profundidade ideal, ter a água que necessita e os inputs absolutamente necessários para continuar a aumentar a produtividade". O mercado global da agricultura de precisão vai chegar aos 10 mil milhões de dólares em 2025. Os especialistas acreditam que combinar investimento em tecnologia de ponta, com análise de dados e inteligência artificial vai ser um estímulo valioso para a inovação. Novos satélites GPS estão a ser programados para serem três vezes mais precisos, nesta década, e garantir informação mais confiável.

Tal como se pode verificar, pela análise de grandes especialistas, os desafios para a região e território MONTE ACE são enormes. Como o Alentejo é um dos principais fornecedores de produtos agrícolas do país nada melhor do que conhecermos bem as tendências existentes e perceber os seus impactos.

Tal como verificamos (em pontos anteriores), o agronegócio tem vindo a crescer significativamente. Isso mantém o ritmo do setor forte, mesmo com os altos custos de produção, e a queda na produtividade gerada por problemas climáticos.

Por isso mesmo, prevê-se que a participação do agronegócio no PIB do nosso país continue a crescer nos próximos anos.

Neste contexto, fatores como as mudanças ambientais extremas, deterioração dos solos e falta de humidade nos terrenos têm ocasionado uma procura crescente pela chamada agricultura inteligente. Esta atua, por exemplo, por meio de sensores que monitoram todos os aspetos do trabalho diário na propriedade de forma automática.

Também neste sentido, a denominada Internet das Coisas (Internet of Things, IoT) tem múltiplas aplicações. Permite que produtores automatizem a recolha de dados em tempo real para elevar a produtividade, reduzir os custos e avaliar as despesas. A recolha de dados foi uma das tecnologias que possibilitou que agricultores da região intensificassem a produção de alguns produtos, mesmo com todos os percalços financeiros gerados pela pandemia.

Com os dispositivos agrícolas inteligentes, os produtores conseguem monitorizar o ciclo de vida de uma colheita e acompanhar as condições ambientais de cultivo em tempo real. Também a IoT é útil no rastreamento de água e no ajustamento de fertilizantes e pesticidas.

Podemos também assegurar que o 5G poderá funcionar como uma espécie de matriz que revolucionará todo o uso de tecnologia no campo.

Esta tecnologia proporcionará tanto um aumento da eficiência das soluções tecnológicas já utilizadas, como também será importante para reduzir o consumo de energia no setor agrícola.

Isto porque o agronegócio é uma complexa cadeia, que vai do campo até a mesa dos consumidores. Dessa forma, o 5G tornará regiões, como o Alentejo (onde o território do MONTE ACE está incluído), bem mais produtivos do que já são.

É importante realçar que a procura geral de alimentos deve duplicar até 2050. O território MONTE ACE é um forte contribuinte com área suficiente e condições favoráveis para aumentar em escala a oferta de comida, além do enorme espaço que já tem para elevar a produtividade em diversas etapas da cadeia de produção.

A tecnologia terá um papel crucial neste ciclo de inovação.

A Agricultura Vertical é outra das tendências que deverá ser considerada como fundamental para o agronegócio.

Tal como o próprio nome indica, esta técnica de cultivo é realizada de maneira vertical, ao contrário do modelo horizontal comumente conhecido nos campos. É efetuada por meio do controlo ambiental (seja da humidade, da temperatura ou dos gases), pela monitorização da luz artificial pelos novos sistemas de irrigação eficientes.

Esta é uma alternativa relevante para os grandes centros urbanos, por isso é tão importante num contexto no qual a população mundial continuará a crescer nos próximos anos. Não sendo uma atividade que possa ter grande aplicação nos territórios, como o caso da MONTE ACE, pode ser fator de aposta pelas entidades do Sistema Científico e Tecnológico (ex: uni-

versidade de Évora, Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo em Évora, etc). Poderemos vir a criar incubadoras, spin-offs e startups nestas áreas.

O melhoramento genético vegetal é outra área com potencial de desenvolvimento no território. O melhoramento genético vegetal tem como principal propósito o fornecimento, aos agricultores, de materiais com uma resistência superior a pragas, doenças e aos efeitos climáticos adversos.

Esta situação é fácil de justificar num território que tem passado por secas prolongadas que ocasionaram perdas significativas para os produtores – o que leva ao aumento de preços para a população em geral.

Assim, enfrentar este problema é um dos propósitos do melhoramento genético vegetal. Assim, as práticas de biofortificação resultam nos cereais, leguminosas e verduras com teores elevados de minerais e micronutrientes essenciais para a saúde – e que não estão presentes nas versões originais desses alimentos.

Recentemente, um desses alimentos que ganhou grande destaque na imprensa da área, teve como base uma decisão do governo da Filipinas em autorizar a plantação comercial de um produto conhecido como arroz dourado (golden rice). Este cereal foi especialmente desenvolvido com o propósito de combater a deficiência de vitamina A na população.

Estas são um conjunto de tendências que não poderão ser ignoradas num território rural, como é o caso da MONTE ACE.

A eficiência energética também tem uma influência positiva na agricultura. Com a redução do consumo de energia, o custo económico para o agricultor também é reduzido, tornando o trabalho produtivo muito eficiente, competitivo e também mais sustentável. Esta é também uma área explorar.

Tal como é referido na revista digital agriterr.pt: O elevado consumo de energia na atividade agrícola é uma das questões que mais preocupa os produtores. Portanto, a eficiência energética na agricultura e a redução de custos financeiros são os principais desafios do setor. Neste contexto, é cada vez mais importante aumentar os padrões de eficiência energética no que diz respeito aos processos de rega.

É importante analisar, verificar e saber se a água de que o cultivo precisa está realmente a ser bem aplicada e aumentar a importância de promover novos projetos de energias renováveis.

Mais além dos setores, as medidas dependerão dos sistemas consumidores que se tenham em determinados processos. O importante é identificar onde estão os principais consumos e gerir essas informações, ou seja, identificar quais são os sistemas que mais consomem energia e sobre isso tentar perceber onde há mais oportunidades de melhoria. Desta forma, é possível atuar e priorizar a implementação de medidas de eficiência energética.

A competitividade sempre se dará através da eficiência energética. Porém, a geração de energia com base em fontes limpas pode gerar impacto na imagem ou atribuir valor ao produto final.

A curto prazo, será sempre mais barato consumir energia da rede, já que atualmente um sistema fotovoltaico se paga em mais de oito anos. Mas se pensar além da parte financeira e considerar os pilares ambientais e sociais da sustentabilidade, há benefícios que se traduzem em valor acrescentado.

Com os apoios do PDR 2020 e do PDR 2030, poderemos vir a ter uma aceleração na aplicação e utilização das energias renováveis na agricultura.

Por último, é importante dar realce que o uso de produtos eco-friendly no campo tende a impulsionar as novas tecnologias.

A aplicação de produtos e consumíveis sustentáveis na cadeia de produção rural, é uma das tendências no agronegócio que despertam muita atenção.

Conhecidos como eco-friendly, estes produtos e consumíveis contribuem para a produtividade da agricultura. Mas propiciam uma atividade agrícola com menor impacto ambiental e oferecem menor risco à saúde dos trabalhadores e dos consumidores.

Em geral, estes produtos são usados num sistema agrícola feito da forma mais natural possível. Por exemplo, com adubação orgânica, conservação do solo, compostagem e adubação verde, por exemplo.

É possível encontrar vários biofertilizantes e fertilizantes naturais no mercado português e no território MONTE ACE. A tendência é que o uso destes produtos aumente, pois a agroindústria investe em opções eficientes para o campo. Ao mesmo tempo, ambientalmente sustentáveis.

Com o foco neste potencial de mercado, já existem algumas startups que estão a desenvolver soluções para o agronegócio.

Os novos modelos de produção agrícola. Além das tendências apresentadas anteriormente, outros movimentos devem ganhar força no futuro. Ao que tudo indica, a agroecologia e a agricultura biodinâmica, por exemplo, serão cada vez mais utilizadas.

Também chegou com força às casas dos consumidores as carnes sintéticas, produzidas à base de plantas. Muitas vezes, fabricadas em impressoras 3D, o que tende a influenciar todo o sistema produtivo. Estas tendências estão a obrigar a indústria alimentar a inovar e a alargar a sua gama de produtos. Um dos segmentos que está a crescer mais rápido é o da 'carne vegan', com as marcas a tentarem desenvolver produtos que mimetizem a carne em termos de textura, cor, sabor e aparência.

Esse é, aliás, um segmento no qual a Nestlé já está a apostar, com uma gama de hambúrgueres de base vegetal. "Usamos beterraba para dar a cor, que durante o processo de confeção se torna castanha. O produto tem pouco colesterol e muito pouca gordura, por isso, tentamos encontrar um perfil nutricional melhor e as emissões de gases com efeito de estufa são reduzidas em cerca de 90% comparativamente a um bife", revelou ainda Stefan Palzer. Além disso, o CTO da Nestlé explica que os produtos 'autênticos' estão a gerar muito interesse no mercado, assim como novidades como as pizzas sem farinha de trigo, substitutos dos laticínios, águas alcalinas e inovações como o 'nitro-coffee', uma espécie de fusão entre o café e a cerveja.

Vale a pena lembrar que todas essas alternativas ganham espaço no mercado. Porque permitem o uso sustentável dos recursos naturais. Estão em sintonia com um perfil de consumidores, que se preocupa com o impacto ambiental, da produção dos alimentos e produtos que utilizam.

Contudo, a extensão do uso dessas alternativas ainda é um mistério. A única certeza é que somente os produtores rurais, que acompanharem as inovações no agronegócio, sobreviverão no mundo competitivo que virá pela frente.

Neste sentido, a agroindústria sofre do mesmo processo de transformação e está sujeita a novos desafios pela frente.

Um dos maiores desafios da agroindústria será a oferta de soluções saudáveis e acessíveis a todos os consumidores. As novas tendências atrás referidas trazem novas ameaças e existe o risco de as pessoas desenvolverem deficiências em determinados nutrientes. Por isso mesmo, é fundamental ser extremamente rigoroso nas novas opções utilizadas no setor.

Importa referir que o setor agroindustrial tem que travar um forte combate contra a poluição causada pelo plástico. O desperdício de plástico é um problema enorme. Felizmente já existem diversas soluções, mas que são necessárias ser fortemente implementadas. Evitar os plásticos, fazer com que seja mais fácil reciclá-los e utilizar embalagens de papel ou outras totalmente biodegradáveis, deve ser um dos grandes objetivos do setor. Contudo, não é fácil oferecer a mesma proteção que tem uma embalagem de plástico com uma embalagem de papel. O plástico existe por uma razão – para proteger o produto. Temos alguns desenvolvimentos, nomeadamente uma camada que reveste o papel com um material biodegradável. Isto é novo e existe a esperança de que seja uma boa solução.

Contudo, a extensão do uso dessas alternativas ainda é um mistério. A única certeza é que somente os produtores rurais, que acompanharem as inovações no agronegócio, sobreviverão no mundo competitivo que virá pela frente.

Um dos setores que se espera vir a ter um grande crescimento é o dos serviços de apoio à agricultura.

Uma das áreas com potencial de crescimento é o da Certificação da Qualidade. A certificação é o processo através do qual uma entidade independente atesta que um produto cumpre determinadas normas ou especificações. A certificação de conformidade de um produto com normas, regulamentos ou outras especificações técnicas funciona perante terceiros como garantia da aplicação desses requisitos.

A certificação é de grande importância para promover o consumo e defender os direitos dos produtores e consumidores.

Os regimes de qualidade são regimes de certificação da qualidade diferenciada de produtos agrícolas e géneros alimentícios ou de modos de produção particulares, baseados em normas de carácter público (comunitárias ou nacionais ou internacionais) ou carácter privado.

A qualidade diferenciada refere-se a atributos específicos dos produtos agrícolas ou géneros alimentícios ou do seu modo de produção, reconhecidos pelos consumidores, atribuindo-lhes um estatuto de qualidade superior e/ou de produto diferenciado.

Outra área é a da certificação de produtos biológicos. Os serviços de certificação de produtos biológicos garantem a conformidade regulamentar e aumentam o valor da marca ao preservar o meio ambiente e ao satisfazer a exigência dos consumidores por alimentos produzidos de forma biológica.

Os produtos biológicos são valorizados, não apenas pelo seu modo de produção, mas também pelo estrito controlo a que estão sujeitos. Desde o solo, a origem das sementes, o controlo de pragas e doenças, a transformação, o armazenamento, a distribuição, o embalamento, todas estas fases são controladas por Organismos de Controlo (OC) reconhecidos para o efeito. Assim, a produção e rotulagem de produtos biológicos nos mercados da UE seguem um rigoroso processo de certificação. A marca visível é o logótipo da União Europeia de utilização obrigatória em produtos biológicos de produtores europeus, desde julho de 2010. O local de origem dos produtos também deverá estar indicado para informar os consumidores. Este logótipo pode ser acompanhado por logótipos nacionais ou privados.

Além disso, durante as auditorias procura confirmar-se a não utilização de:

- > Organismos geneticamente modificados (OGM)
- > Substâncias químicas nocivas, tais como produtos e substâncias de síntese química
- > Hormonas, antibióticos ou estimuladores de crescimento na produção animal

Onde quer que esteja dentro da cadeia de suprimento alimentar, a sua organização pode beneficiar dos nossos serviços disponíveis mundialmente e participar neste mercado em contínuo crescimento. Os nossos auditores estão qualificados para a realização de auditorias de acordo com o regulamento 2018/848 da União Europeia.

Estes são alguns dos exemplos que podem ser dados de serviços de apoio à agricultura e agroindústria que se vão desenvolver fortemente nos próximos anos.

O Sistema Científico e Tecnológico da Região, nomeadamente aquele que se encontra instalado no território da MONTE ACE, pode vir a dar um forte contributo para o desenvolvimento destes serviços.

No setor do Agronegócio é possível identificar um conjunto de áreas potenciais a desenvolver, nomeadamente dos serviços de apoio à agricultura e agroindústria.

Existem um conjunto de serviços que podem ajudar os empresários do setor a obter a máxima viabilidade das explorações. Alguns exemplos:

- A)** Concessão de projetos para Primeira Instalação;
- B)** Concessão de projetos para Investimento;
- C)** Assistência Técnica / Produção Integrada / Agricultura Biológica / Globalgap;

- D)** Serviços de Aconselhamento Agrícola e Florestal;
- E)** Formação Profissional;
- F)** Candidaturas aos Pagamentos Diretos;
- G)** Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas e Medidas agroambientais;
- H)** Parcelário;
- I)** Declarações do SNIRA (Sistema Nacional de Informação e Registo Animal);
- J)** Cooperação com os PALOP;
- K)** Missões Empresariais e Intercâmbios;
- L)** Informação e Divulgação.

Estes serviços são desenvolvidos por empresas, mas também pelas organizações de produtores da região, como são exemplo:

- > AJASUL – Associação dos Jovens Agricultores do Sul;
- > APCRS - Associação Portuguesa de Caprinicultores de Raça Serpentina;
- > Associação de Beneficiários do Lucefecit;
- > Associação de Agricultores do Distrito de Évora;
- > Aafvn - Associação De Agricultores E Florestais De Vendas Novas - Agrupamento De Produtores;
- > Aade - Associação Dos Agricultores Do Distrito De Évora;
- > Associação Portuguesa de Produtores de Frutos Secos
- > ACOMOR - Agrupamento de Produtores de Montemor-O-Novo, SA;
- > ATEVA - Associação Técnica dos Viticultores do Alentejo;
- > APORMOR - Associação de Criadores de Ovinos da Região de Montemor-o-Novo;

- > Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos;
  - > ANPEMA – Associação Nacional dos Pequenos e Médios Agricultores;
  - > Associação de Agricultores de Estremoz;
  - > ACORE - Associação de Criadores de Gado de Estremoz;
  - > RURAMBIENTE - Cooperativa de Serviços Técnicos Agrícolas, Florestais e Ambientais, CRL
- Entre outras

## 6. MELHOR ENTENDIMENTO DO MERCADO

A análise setorial é uma estratégia bastante completa e diversificada. Sendo assim, permite um entendimento melhor e mais aprofundado do mercado e ainda possibilita diferentes visões a respeito do Setor Agrícola e Agroalimentar no território MONTE ACE. Diante disso, a compreensão do cenário geral torna-se mais abrangente e detalhada. Deste modo, não há nada melhor que nos recorrermos da Estatística do Alentejo Central, de forma a olhar para o que existe no nosso território.

A área geográfica do território MONTE ACE apresenta uma diversidade apreciável, quer em termos demográficos, quer em termos de recursos e seu aproveitamento. Desta forma e tendo em conta as profundas transformações verificadas, revela-se de enorme importância sistematizar a informação relativa à área abrangida, no sentido de caracterizar a realidade deste território, o qual incide numa proporção significativa com a NUT III – Alentejo Central.

Os dados que se apresentam constituem deste ponto de vista um interessante trabalho de caracterização agrícola da área do Serviço Regional do Alentejo Central, da autoria do Eng.º António Mexia de Almeida (in Caracterização Agrícola do Alentejo Central para a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo), principalmente no que diz respeito à ocupação cultural do solo. No que diz respeito ao regadio é evidenciado o impacto resultante do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva embora ainda decorram investimentos para o seu aproveitamento.

Análise por concelho:

### ÉVORA

O sistema agro-silvo-pastoril ocupa 80,33% da área agrícola do maior concelho da área do Serviço Regional do Alentejo Central. A área de regadio vai ter mais hectares com possibilidades de rega. No entanto e em proporção ao total da S.A.U. não poderá atingir uma expressão em termos de área muito diferente da que se explora hoje em dia.

A pecuária tem enorme importância na atividade agrícola tendo assinalado um aumento de cabeças de bovinos e um decréscimo nos ovinos e caprinos.

As áreas de cereais também regrediram bastante desde o último recenseamento.

O olival teve um aumento de área, fruto de implantação de novos olivais intensivos, regados

quer através de regadios particulares quer pela beneficiação do regadio do Alqueva. Também foram construídos novos lagares no Concelho com novas tecnologias, o que tem sido um impulso para a atividade.

## ALANDROAL

Como todo o Alentejo a maioria dos seus hectares de S.A.U. são aproveitados em sequeiro com a atividade agro-silvo-pastoril a representar 74,75% da área total.

Também nos últimos anos se tem verificado a construção de barragens particulares com implantação de áreas de vinha, olival e pomares.

A área de cereais também regrediu.

Na pecuária os bovinos aumentaram e as outras espécies pecuárias diminuíram.

## ARRAIOLOS

A área de sequeiro e com função agro-silvo-pastoril atinge 81,86 % da área S.A.U.

Verificou-se nos últimos anos um aumento de área de vinha que não era corrente no concelho.

Construíram-se adegas com bons produtos finais que dinamizaram mais o setor agrícola neste concelho.

As áreas de cereais também diminuíram como em todo o Alentejo.

Na pecuária também registamos aumento nos bovinos e suínos com as outras espécies a diminuir os seus efetivos.

## BORBA

Em Borba a área de vinha assume particular importância por razões históricas com a utilização de 12,11% da S.A.U. com esta cultura permanente.

Também o sequeiro representa 59,40% com a forma de exploração agro-silvo-pastoril.

Existe no concelho uma área de pomares que têm importância a nível de atividade económica. Estas culturas permanentes são de regadio e movimentam um número interessante de produtores que se agruparam por forma a efetuarem a comercialização dos seus produtos, nomeadamente as nozes e as ameixas.

A área de olival que abrange a maior quantidade de variedades tradicionais também tem importância económica de vulto no concelho.

## ESTREMOZ

O concelho tem uma grande diversidade de atividades agrícolas, existem áreas significativas com vinha, pomares de frutos secos e frescos. Faz também parte da zona, que outrora desempenhou um papel para fixar habitantes, o setor dos mármore.

No entanto é o sequeiro e a pecuária que se podem considerar como a maior ocupação em número de

áreas agrícolas da sua S.A.U., correspondendo 48,24% ao sistema agro-silvo-pastoril.

## MONTEMOR-O-NOVO

É em termos de área o segundo maior concelho da área do Serviço Regional do Alentejo Central.

Como em todo o Alentejo a atividade agro-silvo-pastoril representa 86,47%, com a pecuária a ter a expressão máxima na atividade agrícola.

Existe semanalmente um leilão de gado bovino que é de momento o mais importante do Alentejo.

Também se pretende fazer leilão para ovinos o que será desejável porque se estão a perder efetivos nos últimos anos de forma descontrolada, sendo uma das razões a fraca cotação dos animais e também da lã.

A barragem dos Minutos pode vir a incentivar uma dinâmica maior para o setor dos cereais com o seu perímetro de rega a funcionar.

## REDONDO

A agricultura também aqui é a atividade principal, com destaque para o setor vinícola que ocupa 1.585,00 ha e que mercê da ação da Adega Cooperativa de Redondo, CRL e da existência de elevado número de sócios faz com que os serviços agrícolas ligados à atividade vinícola tenham relevância particular no concelho.

Também o aproveitamento florestal de parte da área da Serra d'Ossa é constituído por uma área importante de floresta ordenada com eucaliptal que representa 5,10% da área total do concelho.

O aproveitamento agro-silvo-pastoril é o que ocupa a maior parte da atividade agrícola e com predominância do sequeiro, como em todo o Alentejo.

## REGUENGOS DE MONSARAZ

A S.A.U. deste concelho ocupa 27.299,49 ha, o que representa cerca de 59% da área total.

Muita área agrícola deste concelho foi submersa pelas águas do Alqueva. Aguarda-se que o futuro traga novas atividades ligadas ao turismo e também já é notável a utilização e conversão agrícola para culturas de regadio.

A vinha tem expressão de relevo, traduzida na existência da maior cooperativa agrícola do Alentejo. Como cultura ocupa 9,84% de área da S.A.U.

Também os olivais intensivos têm sido aumentados beneficiando a maior parte do regadio do Alqueva.

No entanto o sistema agro-silvo-pastoril representa 61,73% na utilização agrícola no concelho.

## VENDAS NOVAS

O concelho tem vastas áreas aproveitadas com florestas, quer em povoamentos novos sobretudo de sobreiros, 25,30% da área de S.A.U., quer com aproveitamento silvo-pastoril 38,87%.

No entanto, e tal como em todo o Alentejo é na atividade agro-silvo-pastoril que incide a maior parte da S.A.U., representando 63,48%.

De referir que o concelho detém o maior índice de habitantes por Km<sup>2</sup>/ 53,24. Deve-se este facto às indústrias sediadas na sede do concelho, o que o faz diferenciar com o resto dos concelhos do Alentejo em que a atividade económica principal é a agricultura."

Já o setor agrícola parece ter encontrado na fileira agroalimentar uma proposta de revitalização, aparecendo os vinhos, azeites e produtos tradicionais de qualidade (como os enchidos e os queijos), como atividades com potencial de internacionalização e sustentáculo da atividade económica regional. Este movimento ocorre a par de uma tendência de regresso à atividade agrícola e ao mundo rural por parte de empresários mais qualificados e inovadores que têm vindo a transformar o setor na região, adaptando-o a mercados mais exigentes.

## VILA VIÇOSA

O concelho de Vila Viçosa em termos agrícolas não foge na sua utilização de solos como área de sequeiro, ocupando 79,09% como utilização agro-silvo-pastoril.

No entanto, a exploração do mármore nos seus solos e a sua industrialização contribuem para que 42,74 habitantes/Km<sup>2</sup>, o que representa quase o dobro da média dos concelhos do Alentejo Central.

A par destes setores ditos tradicionais a sub-região tem atraído investimentos relevantes em setores emergentes como a aeronáutica e as tecnologias da informação e comunicação, com unidades de produção recentemente localizadas em Évora, de acordo com uma análise recente da CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central):

Também segundo a CIMAC: "Para a análise da competitividade da unidade territorial releva ainda a avaliação da capacidade inovadora enquanto dimensão chave de análise do seu po-

tencial competitivo e de crescimento na economia global. Vários indicadores são usualmente considerados para medir essa capacidade, tanto no quadro da Sociedade de Informação como do desenvolvimento científico e tecnológico.

O Alentejo revela, em 2010 indicadores de I&D – Investigação e Desenvolvimento, aquém da média nacional, sendo a penúltima no ranking das NUT III da Região no que se refere aos indicadores de despesa de I&D nas empresas e no estado. Ainda assim, deverão ser tidos em conta os esforços realizados pela sob região Alentejo Central que apresenta uma Despesa Média em I&D por Unidade bastante superior à da Região, como se verifica no Gráfico abaixo.

O setor primário deixou de ter, nas últimas décadas, a importância relativa que durante muitos anos caracterizou a Região Alentejo. Com efeito, apesar de empregar ainda alguma população, o setor primário enferma de algumas debilidades, constituindo-se cada vez mais como o setor que menos população residente emprega''

Esta é uma das áreas com fortes lacunas no território da MONTE ACE.

### QUAIS AS OPÇÕES?

Reforçar e desenvolver de forma sustentada e mais competitiva os sectores tradicionais estratégicos – agroalimentar, pecuária, vitivinicultura e cortiça ampliando e qualificando as respetivas cadeias de valor e consolidar o desenvolvimento das atividades estratégicas emergentes ou em fase de consolidação – transformação dos produtos com origem em Alqueva - diversificando e qualificando a base económica e afirmando novos sectores de especialização regional.

Desenvolver o modelo de produção agroflorestal com base nas fileiras estratégicas regionais, garantindo a utilização racional dos recursos disponíveis e promovendo a diversificação das produções e a multifuncionalidade da exploração agrícola, deve ser considerada uma prioridade.

Aumentar a atratividade das zonas rurais, com base na multifuncionalidade do espaço rural através de uma dinamização integrada dos sectores que podem contribuir para a revitalização económica, para a valorização e sustentabilidade ambiental, e para uma melhoria global da qualidade de vida.

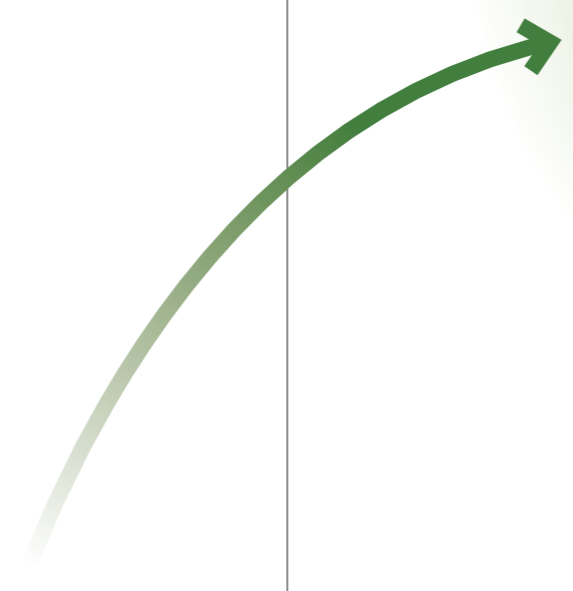
Continuar a acreditar que as grandes transformações no território da MONTE ACE só se conseguem através do reforço do Sistema Regional de Conhecimento, Tecnologia e Inovação ajustado ao perfil produtivo regional e fomentador dos níveis de competitividade do sector

empresarial, particularmente, do conjunto dos sectores estratégicos regionais (tradicionais e emergentes) respondendo, assim, aos desafios decorrentes da diversificação e modernização da base económica regional.

Estas mudanças só são possíveis através:

- > do apoio direto ao investimento inovador nas empresas;
- > do estímulo à investigação de bens e serviços comercializáveis por parte dos centros produtores de conhecimento da Região, articulando melhor as respetivas atividades com as necessidades do tecido empresarial envolvente;
- > da criação de uma rede de áreas de acolhimento empresarial e de logística dispendo de um conjunto de serviços comuns que crie externalidades;
- > da criação de condições envolventes com particular relevo para os fatores imateriais da competitividade de natureza coletiva, que se materializem no fornecimento de bens públicos, visando a obtenção de ganhos sociais e a indução de efeitos de arrastamento na economia;
- > da melhoria do acesso ao mercado de capitais;
- > da generalização do acesso às TIC e às redes de comunicação em banda larga e da economia digital;
- > da modernização e aumento da eficiência dos serviços públicos

**ESTAS DEVEM SER ASPIRAÇÕES QUE O TERRITÓRIO DA MONTE ACE NÃO PODE PERDER DE VISTA.**



## 7. IDENTIFICAÇÃO DE LACUNAS DEIXADAS PELOS CONCORRENTES

Existem 3 áreas com forte potencial a desenvolver no território da MONTE ACE, em que existem fortes falhas de mercado, destacam-se:

- A)** Aposta no desenvolvimento da agricultura inteligente, sustentada através do Sistema Científico e Tecnológico Regional;
- B)** Aposta na transformação dos produtos de Alqueva no território MONTE ACE, promovendo a criação de um agrocluster regional;
- C)** Criação de Centrais de Compras nos setores mais dinâmicos agrícolas e agroindustriais;

### 7.1 APOSTA NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA INTELIGENTE, SUSTENTADA ATRAVÉS DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO REGIONAL

Tal como já foi referido no Capítulo 5, é fundamental incentivar o empreendedorismo designadamente o de cariz tecnológico, porque este vai atrair para o sector empresarial novos empresários com projetos inovadores e vontade de arriscar. A criação de ecossistemas inovadores e com forte suporte no conhecimento, também ajudam a impulsionar os setores tradicionais.

O reforço da investigação nas empresas e da interação empresas – centros produtores de conhecimento, por forma a que os resultados da investigação sejam mais facilmente endogeneizados pelas empresas e contribuam para o reforço da competitividade empresarial através da criação de novos produtos ou da utilização de novos materiais ou processos de produção.

Outra aposta passa pelo apoio à integração em redes nacionais e internacionais de empresas, ao associativismo empresarial. Esta é uma boa forma para aumentar a escala e atuação das empresas e também é favorável ao surgimento de novas oportunidades de negócio.

Por último, incentivar a atração de investimento estrangeiro estruturante, capaz de recrutar e atrair novos recursos humanos e materiais para a sub-região, estimule novos comportamentos empresariais e densifique a malha de relações económicas interempresas.

## 7.2 APOSTA NA TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DE ALQUEVA NO TERRITÓRIO MONTE ACE, PROMOVENDO A CRIAÇÃO DE UM AGROCLUSTER REGIONAL

O estímulo à estruturação de clusters de empresas com base no tecido atual existente no território da MONTE ACE e no desenvolvimento do potencial de crescimento de algumas fileiras estratégicas: agroalimentar, pecuária, vinicultura, cortiça. Etc.

A criação de um agrocluster no território MONTE ACE deve ter como principal objetivo o desenvolvimento do sector agroindustrial e o fomento da competitividade das suas empresas, procurando para tal, criar sinergias entre todos os atores do sector (empresas e outras entidades), aproximar as empresas das Instituições de Ensino e de I&D, fomentar, estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos de Inovação/I&D, tendentes a criar novos produtos, novos métodos, processos e tecnologias e apoiar a internacionalização das empresas do sector, apostando na diferenciação.

O âmbito de atuação do cluster pode estar centrado nos produtos do território, mas sobretudo nos produtos oriundos dos novos regadios promovidos pelo desenvolvimento do Alqueva.

Um agrocluster desta natureza pode promover ações de cooperação entre empresas, Centros de Conhecimento e Entidades Públicas no sentido desses atores obterem vantagens desse relacionamento, com enfoque particular no incremento da competitividade, valorização e crescimento das Empresas, através do fomento dos negócios.

O apoio à internacionalização das empresas do setor agroindustrial, deve promover da visita de importadores estrangeiros ao território MONTE ACE, organização de missões internacionais de negócio a mercados chave, participação em feiras internacionais de referência, fomento da inovação e do desenvolvimento de novos produtos e processos, promoção da realização de negócios e ainda a presença ativa em redes internacionais.

No âmbito do PAR – Plano de Ação Regional promovido pela CCDR Alentejo (Comissão de Coordenação regional do Alentejo) já previa a criação de uma Plataforma Logística Agroalimentar: O crescimento agrícola e agroalimentar que se prevê venha a ocorrer a médio prazo com a instalação do Perímetro de rega de Alqueva, em particular no setor hortofrutícola, requer a formulação de um projeto integrado logístico que considere a localização de indústrias agroalimentares e a organização futura dos fluxos de transporte, armazenagem e distribuição.

Continua-se a prever-se uma ampliação sensível das áreas de hortícolas e de frutícolas, pelo que a jusante, as atividades logísticas assumem uma importância decisiva facilitando o manuseamento e o escoamento dos produtos, bem como o surgimento de novas modalidades de distribuição. No entanto, o seu desenvolvimento exige, pela sua própria natureza e dimensão, estratégias e políticas adequadas de infraestruturas e de ordenamento.

També segundo o PAR: “A criação de uma Plataforma Logística Agroalimentar na área de influência de Alqueva constituirá um pólo dinamizador das atividades agrícola e agroalimentar, auxiliando na captação de investimento local e externo para um conjunto diversificado de atividades económicas agrícolas e não agrícolas.

A área de influência da Plataforma poderá estender-se às regiões fronteiriças de Espanha, da Extremadura e noroeste da Andaluzia, com as quais o Alentejo mantém fortes relações de cooperação no âmbito das Euroregiões (Alentejo, Centro e Extremadura - Alentejo, Algarve e Andaluzia).

Acresce o apoio que as atividades logísticas podem dar às pequenas produções locais, facilitando a sua colocação nos mercados regionais, nacionais e internacionais, de forma mais regular e inovadora, bem como a eventual integração de certos produtos específicos nas cadeias de distribuição. A maior facilidade de escoamento destes produtos terá, certamente, um efeito positivo no acréscimo de produção local.”

## 7.3 CRIAÇÃO DE CENTRAIS DE COMPRAS NOS SETORES MAIS DINÂMICOS AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIAIS

A falta de cooperação empresarial no território da MONTE ACE continua a ser uma realidade.

Para que serve uma central de compras?

Resumidamente, são empreendedores que se unem para realizar compras de produtos em conjunto. O foco está nas compras coletivas, procurando negociações mais assertivas e aumento do poder de negociação com fornecedores.

As Centrais de Compras têm uma atuação exclusiva no processo de negociação e compra em conjunto. Nas Centrais de Compras, pode-se comprar por meio de um centro de distribuição ou quando é realizado um negócio coletivamente, mas a compra é individual. Para a economia da empresa, a centralização de compras proporciona muitos pontos positivos.

A principal vantagem se dá pela redução dos preços de matérias primas, matérias subsidiárias de consumo e de outros materiais. Hoje é fundamental para qualquer empresa ter poder de negociação, e é na fase das compras que isso deve ser utilizado. Quem faz as cotações precisa saber qual o melhor lugar para se comprar, quais as vantagens e desvantagens e principalmente como diminuir os custos. Tendo isso de forma centralizada, o controle e a eficácia é muito maior.

Utilizando um exemplo muito claro: o setor dos vinhos do território da MONTE ACE é altamente competitivo. No entanto, cada produtor trata de comprar os seus produtos isoladamente (ex: garrafas, rolhas, cartão, rótulos, embalagens, etc, etc).

Caso as empresas (ou algumas empresas) do setor dos vinhos (ou outros setor agrícolas ou agroindustriais) criassem uma central de compras para estes produtos os ganhos seriam significativos. E aumentavam ainda mais a sua capacidade competitiva.

## 8. O QUE AVALIAR PARA A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS SETORIAIS

### 8.1 ANÁLISE DE INDICADORES

Muitos fatores influenciam a estratégia de um projeto (sejam de uma empresa, instituição pública ou privada) e as suas hipóteses de sucesso, entre eles, podemos elencar os indicadores de desempenho, que mensuram a performance obtida. Com eles, temos a oportunidade de observar o nível de sucesso das decisões tomadas e realizar ajustes assertivos, quando necessário.

Para avaliar e monitorizar o desempenho dessas interações, é recomendado elaborar um plano de análise de indicadores. Será decisivo para cada projeto (ou iniciativa) a analisar. É com base na análise desses indicadores que é possível elaborar relatórios setoriais.

Estes determinarão a forma sobre quem tem a responsabilidade em avaliar projetos, a forma analisar os dados de performance, avaliar como eles se ajustam perante a estratégia e ajustar as suas ações, além de comprovar a eficiência dos indicadores.

Em termos gerais, os indicadores de desempenho são métricas utilizadas para mensurar a performance de um projeto (pode ser numa candidatura) ou uma área específica da sua operação, mostrando o seu resultado em números ou percentagens.

No âmbito da aplicação dos fundos comunitários, temos dois tipos de indicadores, que é necessário perceber o seu significado:

**A)** Indicador de Realização - Parâmetro utilizado para medir os produtos gerados pela concretização das atividades de uma operação.

**B)** Indicador de Resultado - Parâmetro utilizado para medir os efeitos diretos gerados pela operação na concretização dos seus objetivos.

Exemplos:

- Indicadores de realização: Número de projetos apoiados e Projetos/beneficiários apoiados
- Indicadores de resultado: Explorações ou Beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização; Explorações ou Beneficiários apoiados em regimes de qualidade; Empregos criados através de projetos e número de produtos locais incluídos em ações de promoção.

Na perspectiva da Elaboração de Relatórios Setoriais deveremos ter em conta que avaliação consiste numa procura sistemática de resposta sobre as intervenções de desenvolvimento e pode ser realizada em diferentes momentos ao longo do ciclo do projeto. A avaliação pode ainda enfatizar um conjunto de questões, mas, independentemente de cada questão, implica recolher, analisar, interpretar e disseminar informação. A avaliação é um processo tão sistemático e objetivo quanto possível que consiste em apreciar um projeto, programa ou política, a sua conceção, execução e resultados. Destina-se a determinar a relevância e o grau de consecução dos objetivos, bem como a eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade em termos de desenvolvimento. Uma avaliação deve fornecer informações credíveis e úteis e, ainda, permitir que as lições aprendidas sejam incorporadas no processo de decisão dos beneficiários e dos financiadores.

Na essência, a avaliação oferece uma oportunidade de aprendizagem no sentido de se procurar saber o que está a resultar, ou não e, neste caso, o que é necessário fazer para melhorar. A avaliação demonstra integridade e objetividade ao identificar resultados válidos e precisos, que são suportados por evidências constatadas.

## FASES DA AVALIAÇÃO:

**AVALIAÇÃO EX-ANTE** – Todos os aspetos da ideia de projeto são sujeitos a sistemática e completa apreciação pelo promotor e um plano de projeto é preparado. Para este estudo de viabilidade (mérito económico e social do projeto) são utilizadas metodologias próprias.

**APRESENTAÇÃO/FORMALIZAÇÃO** – O plano detalhado é submetido para aprovação e financiamento à entidade competente.

**IMPLEMENTAÇÃO/EXECUÇÃO** – Depois de aprovado, o plano é implementado, inicia-se a sua execução.

Acompanhamento: realizado pelo gestor do projeto ao longo da implementação da intervenção. Trata-se de um processo contínuo de verificação sistemática do progresso das atividades e da forma como os recursos estão a ser utilizados, assim como de definição de estratégias facilitadoras em direção aos resultados (metas e objetivos) envolvendo e fornecendo feedback regular aos principais detentores de interesse.

**AVALIAÇÃO** – Após o final do projeto é feita nova análise, de forma independente, em termos da sua eficiência e desempenho. Podem ainda medir-se efeitos, tendo por base os objetivos do projeto.

Tanto a fase de apreciação como a de acompanhamento são fundamentais para a avaliação, na medida em que a conceção do projeto e a qualidade da informação produzida durante a sua execução são a base para o êxito de qualquer avaliação.

## CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

De acordo com a Comissão Europeia, os critérios base de qualquer avaliação são os seguintes:

**RELEVÂNCIA** – Medida segundo a qual os objetivos de uma intervenção de desenvolvimento correspondem às expectativas dos beneficiários, às necessidades da União Europeia e do país, às prioridades globais, às políticas dos parceiros e dos financiadores. Confere se as atividades e os resultados da intervenção estão em linha com os programas estabelecidos e correspondem de forma adequada às necessidades identificadas.

**EFICÁCIA** – medida segundo a qual os objetivos da intervenção de desenvolvimento foram atingidos, ou se espera serem alcançados, tendo em consideração a sua importância relativa. Mede em que medida a ajuda atinge os seus objetivos. É, assim, a relação entre os objetivos pretendidos e os resultados alcançados.

**EFICIÊNCIA** – Medida segundo a qual os recursos são convertidos em resultados da forma mais económica. Se há uma boa relação custo-benefício. Mede a produtividade da intervenção, no sentido em que ela será tanto mais eficiente quanto conseguir atingir os seus objetivos ao menor custo possível.

**IMPACTO** – Efeitos a longo prazo, positivos e negativos, primários e secundários, induzidos por uma intervenção de desenvolvimento, direta ou indiretamente, previstos ou não. Mede as consequências globais do projeto, programa ou política sobre o contexto em questão.

**SUSTENTABILIDADE** – Continuidade em relação aos benefícios resultantes de uma intervenção de desenvolvimento, após a sua conclusão. Medir a probabilidade dos benefícios perdurarem no longo prazo. Visa saber em que medida os grupos alvo podem e querem apropriar-se dos resultados dessa intervenção.

## TIPOS DE AVALIAÇÃO:

Globalmente existem fundamentalmente dois tipos de avaliação: formativa (centrada no processo) e sumativa (focalizada nos resultados de curto, médio e longo prazo).

A classificação pode variar segundo diferentes critérios:

### QUEM AVALIA

**AVALIAÇÃO EXTERNA À INTERVENÇÃO** – é realizada por avaliadores que não tiveram envolvimento/responsabilidade nas intervenções que estão a ser avaliadas. Os executores e beneficiários podem ser envolvidos no processo de avaliação, mas o principal objetivo é obter uma apreciação independente, haver prestação de contas e a identificação de lições com ampla aplicabilidade. Estas avaliações podem ainda ser conjuntas com o país parceiro e/ou com outro financiador.

**AUTOAVALIAÇÃO** – é realizada pelos executores e/ou beneficiários que, assim, avaliam as suas próprias atividades. Centra-se nas lições aprendidas para melhorar as ações/atividades imediatas.

### O MOMENTO EM QUE OCORRE

**AVALIAÇÃO EX-ANTE** – Envolve uma apreciação da viabilidade económica e social da intervenção, realizada, normalmente, pelos promotores/executores, antes da tomada de decisão de avançar com a implementação da mesma.

**AVALIAÇÃO NO PERCURSO** – envolve uma apreciação externa, durante a execução da intervenção, sobre se esta está a produzir os resultados desejados e faz recomendações de correção. Analisa também os recursos no sentido de garantir a eficiência. Neste caso podemos também ter uma avaliação formativa, no sentido de perceber o mais cedo possível o que está a ser atingido e identificar formas de melhorar o desempenho/processo da intervenção.

**AVALIAÇÃO FINAL** – Imediatamente após a conclusão da intervenção, analisa de forma histórica para o que aconteceu, como resultado da intervenção e interroga sobre as razões e o processo para permitir que as lições sejam aprendidas.

**AVALIAÇÃO EX-POST** – Após a intervenção ter sido concluída. Deve ser feita algum tempo

depois de concluída para ser possível identificar e analisar efeitos, permitindo também uma análise de impacto e em relação à sustentabilidade. Neste caso podemos também ter uma avaliação sumativa, que se preocupa em identificar os resultados e o valor global da intervenção.

### O QUE SE AVALIA/ OBJETO DA AVALIAÇÃO:

**AVALIAÇÃO DE PROJETOS/PROGRAMAS** – é a abordagem tradicional, que se centra num único projeto, em todos os aspetos com ele relacionado, ou abrange a avaliação de diversos projetos interligados e inter-relacionados, que contribuem para o mesmo objetivo global.

**AVALIAÇÃO SETORIAL** – Versa sobre os resultados globais provenientes da implementação de vários programas, que concorrem de forma integrada para os objetivos, no contexto de um setor/área de intervenção macro. A avaliação consiste assim, numa análise integrada, seguindo a mesma linha de coerência que presidiu à conceção da intervenção setorial.

**AVALIAÇÃO TEMÁTICA** – É um exercício de avaliação que analisa um determinado aspeto transversal ou comum a várias intervenções.

### RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO:

O relatório da avaliação constitui um dos produtos principais do processo de avaliação que apoia a prestação de contas, a tomada de decisão, a aprendizagem e a melhoria. Garantir a sua qualidade é essencial e contribui para que haja um maior interesse nos seus resultados.

Três critérios essenciais para a elaboração de um bom relatório: As escolhas metodológicas; Análise e apreciação da avaliação da intervenção; Formato do Relatório final.

### A DIVULGAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO

A divulgação dos resultados deve ser planeada a par de todo o restante processo de avaliação e, nesse sentido, dever-se-á definir, desde o início da avaliação, quer o grupo-alvo, quer todos aqueles que vão participar neste processo. A divulgação deve ser feita da forma mais abrangente possível, isto é, não se deve limitar aos que se envolveram diretamente no processo da avaliação mas sim a todos os detentores de interesse. Para promover uma utilização transversal dos resultados da avaliação, a divulgação pode utilizar

os seguintes canais e/ou produtos: Reuniões e seminários; Correio ou correio eletrônico; Intranet; Newsletter; Imprensa, Sites e Redes Sociais, etc.

Em suma, os relatórios são considerados a maior ferramenta que os intervenientes na gestão e operacionalização dos fundos comunitários devem usar para ter uma visão profunda sobre cada processo e setor, expondo dessa forma a realidade de um determinado território, setor ou intervenção específica.

Para além da divulgação dos resultados da avaliação, a sua utilização nas intervenções em curso ou a implementar deve ser assegurada. Para tal as conclusões e as recomendações da avaliação devem ser incorporadas na programação e na execução das diversas intervenções (em curso ou novas), o que significa que é necessário promover a utilização dos ensinamentos junto de todos os detentores de interesse.

## 8.2 ANÁLISE COMPARATIVA COM OUTROS PROJETOS DA MESMA NATUREZA

Na avaliação e na monitorização das intervenções territoriais, nomeadamente através das políticas de desenvolvimento territorial, assim como, na aplicação e execução de fundos nos diferentes territórios, não parece ser suficiente a elaboração de relatórios. Torna-se fundamental a realização de análises comparativas com outros territórios.

Após a utilização das ferramentas de avaliação de um território ou setor, parte-se então para a comparação entre o desempenho com outros territórios ou setores. Para esse feito terão que ser escolhidos indicadores claramente equivalentes. O Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e cada uma das estratégias nacionais (no caso português o PT 2030) definiram um conjunto de indicadores e metas que vão ter.

## 9. NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS SETORIAIS

No âmbito dos projetos apresentados aos Sistemas de Incentivo de Apoio à Agricultura e Agroindústria (ex PDR 2020, futuramente PDR 2030), as equipas técnicas de avaliação devem aprofundar os conhecimentos na Temática da Análise de Investimentos Agrícolas.

### TEMÁTICAS:

- > Conceito e classificação de projetos agrícolas
- > Ciclo de vida dos projetos agrícolas
- > Óticas de avaliação dos projetos
- > Critérios de avaliação de projetos agrícolas
- > Elementos de base para a avaliação de projetos agrícolas na ótica empresarial
- > Análise de investimentos agrícolas com base em orçamentos parciais
- > Análise de investimentos com base em orçamentos anuais
- > Explorações agrícolas de tipo familiar
- > Explorações agrícolas de tipo empresarial
- > Análise de investimentos agrícolas com base em orçamentos plurianuais
- > Estrutura e processo de elaboração dos fluxos de caixa

### OBJETIVOS GERAIS:

- > Identificar o ciclo de vida dos projetos de investimento.
- > Reconhecer os critérios de avaliação de projetos de investimento agrícola.
- > Analisar a rentabilidade de investimentos com base em orçamentos parciais e anuais.
- > Elaborar orçamentos plurianuais para avaliar investimentos.

## 10. CONCLUSÕES

O setor alimentar (agricultura e agroalimentar) é uma área de atividade que permite produzir alimentos e recursos renováveis contribuindo para o desenvolvimento do meio rural, construindo paisagens únicas e com um papel fundamental na preservação da biodiversidade (Santos, et al., 2018).

Tal como é identificado no Website institucional da Comissão Europeia, esta diferencia-se da maioria dos outros setores pelas seguintes razões:

- 1)** o rendimento dos agricultores é cerca de 40% inferior ao rendimento das atividades não agrícolas;
- 2)** a agricultura depende mais das condições meteorológicas e do clima do que muitos outros setores;
- 3)** existe um lapso de tempo inevitável entre a procura dos consumidores e a capacidade de resposta dos agricultores.

Este é um setor que se encontra perante grandes desafios, o que para além das suas características intrínsecas, está sujeito à ocorrência cada vez mais frequente e agravada pelas secas, inundações, incêndios florestais e novas pragas. Este tipo de ocorrências são, efetivamente, um claro aviso permanente sobre as ameaças a que o nosso sistema alimentar está sujeito e que o deve tornar mais sustentável e resiliente. A recente crise do coronavírus e atualmente a guerra na Ucrânia, são exemplos demonstrativos da necessidade de um sistema alimentar sólido e resiliente, que garanta o funcionamento em todas as circunstâncias e consiga garantir o acesso a alimentos suficientes e a preços acessíveis para os cidadãos. Para além disso, existe uma perceção atual da população da existência de uma clara relação entre a nossa saúde, os ecossistemas, as cadeias de abastecimento, os padrões de consumo e os limites do planeta.

É reconhecido que a Política Agrícola Comum (PAC) tem tido e continua a ter um papel determinante no setor agrícola e constitui um dos pilares do processo de integração e consolidação do desenvolvimento económico e social europeu. Intervém nas seguintes áreas:

- 1) APOIOS AO RENDIMENTO** – A União Europeia dá apoio ao rendimento dos agricultores, os chamados «pagamentos diretos». Este apoio: funciona como uma rede de segurança e torna a agricultura mais rentável; garante a segurança alimentar na Europa; ajuda os agricultores a produzirem alimentos seguros, saudáveis e a preços acessíveis; recompensa os agricultores por bens públicos que, normalmente, não são pagos pelos mercados, tais como a preservação das zonas rurais e do ambiente. Em geral, os agricultores recebem um apoio ao rendimento baseado na dimensão (hectares) da sua exploração agrícola.

Todos os países da UE têm de providenciar um pagamento de base, um pagamento pela aplicação de métodos de exploração sustentáveis («ecologização») e um pagamento para os jovens agricultores. Visto que os países da UE têm de oferecer estes pagamentos, os mesmos são frequentemente designados por «pagamentos obrigatórios». Além disso, os países da UE podem optar por oferecer outros pagamentos que se centrem em setores ou tipos de agricultura específicos. Existem regimes específicos concebidos para ajudar as pequenas e médias explorações agrícolas, os jovens agricultores e os agricultores que operam em zonas com condicionantes naturais e/ou em setores em dificuldades.

**2) MEDIDAS DE MERCADO** para contrabalançar as condições de mercado difíceis, como uma quebra repentina da procura devido a uma emergência sanitária ou uma queda dos preços em consequência de uma oferta excessiva no mercado;

**3) MEDIDAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL** – através de programas nacionais e regionais para responder às necessidades e desafios específicos das zonas rurais.

A nova reforma da PAC, para o período 2021-2027, foca-se na sustentabilidade e inclui instrumentos para alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. O Pacto Ecológico, apresentado pela Comissão Europeia em dezembro de 2019, define um roteiro para uma economia circular com impacto neutro no clima. Assenta no objetivo de travar e reverter a biodiversidade, transformando os nossos sistemas alimentares e a utilização que se dá às florestas, terras, água e mar, assim como os sistemas energéticos, urbanos e industriais. Destaca também a importância de abordar simultaneamente as alterações climáticas e a biodiversidade. As alterações climáticas e a degradação do ambiente representam uma ameaça existencial para a Europa e o resto do mundo. Para superar estes desafios, o Pacto Ecológico Europeu transformará a UE numa economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, garantindo que: as emissões líquidas de gases com efeito de estufa sejam nulas em 2050 o crescimento económico esteja dissociado da utilização de recursos ninguém nem nenhuma região seja deixado para trás. O Pacto Ecológico Europeu é também a boia de salvação para sair da pandemia de COVID-19. O Pacto Ecológico Europeu será financiado por um terço dos 1,8 biliões de euros de investimentos do Plano de Recuperação do NextGenerationEU e pelo orçamento da UE para sete anos.

A Comissão pretende assegurar que o Pacto Ecológico se reflita plenamente na nova legislação da PAC. Neste contexto importa mencionar dois pilares essenciais do Pacto Ecológico: a Estratégia de Biodiversidade e a Estratégia do Prado ao Prato, ambas adotadas em maio de 2020 pela Comissão.

A nova estratégia de biodiversidade da UE para 2030 é um plano abrangente, ambicioso e a longo prazo para proteger a natureza e reverter o processo de degradação dos ecossistemas, que visa colocar a biodiversidade da Europa numa trajetória de recuperação até 2030. A estratégia prevê ações e compromissos específicos.

A estratégia de biodiversidade para 2030 tem como objetivo colocar a biodiversidade da Europa numa trajetória de recuperação até 2030, em benefício das pessoas, do clima e do planeta. No contexto pós-COVID-19, a estratégia visa reforçar a resiliência da nossa sociedade a futuras ameaças como: efeitos das alterações climáticas; incêndios florestais; insegurança alimentar; surtos de doenças, nomeadamente através da proteção dos animais selvagens e da luta contra o comércio ilegal de espécies selvagens

A Estratégia de Biodiversidade aborda fatores como a utilização insustentável das terras e dos mares, a sobre-exploração dos recursos naturais, a poluição e as espécies exóticas invasoras. A estratégia propõe estabelecer objetivos vinculativos para restaurar ecossistemas degradados e rios, melhorar o estado das espécies e dos habitats protegidos da UE, fazer regressar os polinizadores aos terrenos agrícolas, reduzir a poluição, tornar as cidades mais ecológicas, reforçar a agricultura biológica e outras práticas agrícolas respeitadoras da biodiversidade e melhorar o estado das florestas europeias. Propõe também medidas concretas até ao horizonte 2030:

- 1)** transformar pelo menos 30% das terras e dos mares da Europa em zonas protegidas geridas de forma eficaz;
- 2)** repor elementos paisagísticos de grande diversidade em, pelo menos, 10 % da superfície agrícola.

A biodiversidade e os serviços dos ecossistemas sustentam quase todos os aspetos do desenvolvimento humano e são a chave para o sucesso das metas do desenvolvimento sustentável, assim afirma a Plataforma Intergovernamental Político-Científica para a Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas (IPBES), estabelecida em 2012 e constituída por Estados Membros das Nações Unidas.

A Estratégia do Prado ao Prato permitirá a transição para um sistema alimentar sustentável na UE, que garanta a segurança alimentar e o acesso a alimentos saudáveis com origem num planeta saudável.

Em maio de 2020, a Comissão apresentou a estratégia "do prado ao prato" como uma das ações principais do Pacto Ecológico Europeu. Num contributo para alcançar a neutralidade

climática até 2050, a estratégia visa a transição do atual sistema alimentar da UE para um modelo sustentável.

Relembrando a segurança alimentar como prioridade, os principais objetivos da estratégia são: assegurar alimentos suficientes, a preços acessíveis e nutritivos dentro dos limites do planeta reduzir para metade a utilização de pesticidas e fertilizantes e a venda de agentes antimicrobianos aumentar a percentagem de terras agrícolas consagradas à agricultura biológica promover um consumo alimentar e regimes alimentares saudáveis mais sustentáveis reduzir as perdas e o desperdício alimentares combater a fraude alimentar ao longo da cadeia de abastecimento promover o bem-estar dos animais; – 50 % de pesticidas utilizados até 2030; A estratégia prevê uma série de iniciativas e de propostas legislativas nomeadamente sobre: agricultura biológica – rotulagem nutricional na frente da embalagem e rotulagem dos alimentos sustentáveis; redução do desperdício alimentar

A transição para um sistema alimentar mais respeitador do ambiente gerará novas oportunidades de negócio com um impacto positivo nas receitas dos operadores do setor agroalimentar.

Um sistema alimentar mais sustentável ajudará também a proteger a natureza e a biodiversidade da Europa. A estratégia "do prado ao prato" está alinhada com a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, tendo as duas propostas sido apresentadas como complementares, nomeadamente através da modernização da agricultura através do desenvolvimento de práticas agrícolas mais sustentáveis, acompanhado de um esforço para proteger a natureza e combater as alterações climáticas, está entre os principais objetivos da reforma da política agrícola comum (PAC). A futura PAC está assim estreitamente interligada, a nível dos seus objetivos, com a estratégia "do prado ao prato".

A estratégia "do prado ao prato" prevê uma série de ações legislativas e não legislativas que deverão ser propostas pela Comissão. O Conselho, sobretudo na sua formação Agricultura e Pescas, irá analisar e definir a sua posição sobre as futuras propostas legislativas, com vista a adotar legislação da UE, de acordo com o processo legislativo ordinário.

O início da pandemia de COVID-19 veio revelar a vulnerabilidade da cadeia alimentar da Europa a desafios graves a nível do abastecimento. Em novembro de 2021, a Comissão publicou uma comunicação que define um plano de contingência para garantir a segurança alimentar na Europa em situações de crise.

No Conselho (Agricultura e Pescas) de dezembro, os ministros da UE aprovaram conclusões sobre o plano, reconhecendo a necessidade de assegurar que o sistema alimentar da UE esteja preparado para o futuro e para potenciais riscos e crises. Os ministros concordaram que, de futuro, os ensinamentos retirados da COVID-19 deverão servir de base para a abordagem da UE relativamente a futuras catástrofes.

As medidas propostas visam ajudar a UE a enfrentar desafios como fenómenos meteorológicos extremos, questões de fitossanidade e saúde animal e escassez dos principais fatores de produção, nomeadamente fertilizantes, energia e mão de obra. e incluem: a criação de um mecanismo europeu de preparação e resposta a situações de crise no domínio da segurança alimentar; a criação de um grupo de peritos para ajudar a garantir que a UE esteja totalmente preparada para potenciais desafios relacionados com o abastecimento alimentar

O Conselho aprovou conclusões sobre novo plano para salvaguardar o abastecimento alimentar da Europa (comunicado de imprensa, 13 de dezembro de 2021)

Em fevereiro de 2022, o Conselho aprovou conclusões sobre as normas de segurança alimentar no comércio internacional, apelando a uma maior integração das preocupações de sustentabilidade nos trabalhos da Comissão do Codex Alimentarius. Criado em 1963 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e pela Organização Mundial da Saúde, este organismo mundial constitui um fórum para as negociações sobre normas, orientações e códigos de práticas internacionais no domínio alimentar. A UE e todos os seus Estados-Membros são membros deste organismo.

O Conselho apela a que as normas alimentares internacionais deem maior ênfase à sustentabilidade (comunicado de imprensa, 21 de fevereiro de 2022)

A agricultura e a silvicultura podem desempenhar um papel fundamental no combate às alterações climáticas através da absorção do carbono da atmosfera. Em abril de 2022, o Conselho adotou conclusões sobre a agricultura de baixo carbono, baseando-se na comunicação da Comissão sobre ciclos do carbono sustentáveis, apresentada em dezembro de 2021, que procura incentivar práticas agrícolas que contribuam para a captura de carbono da atmosfera e para a sua fixação de forma sustentável nos solos ou na biomassa.

As práticas benéficas para o clima podem incluir: a plantação de sebes ou de árvores; o cultivo de leguminosas; a utilização de culturas secundárias e de culturas de cobertura; a agricultura de conservação e a preservação de turfeiras; a florestação e a reflorestação.

Nas conclusões, os ministros reconheceram a importância de prestar apoios financeiros suficientemente apelativos para encorajar os agricultores e silvicultores a adotar estas práticas benéficas para o clima.

O Conselho adota conclusões sobre a agricultura de baixo carbono (comunicado de imprensa, 7 de abril de 2022). A UE está hoje altamente dependente das importações de produtos da pesca e da aquicultura. No entanto, há potencial para que este setor cresça na UE.

Em julho de 2022, os ministros da UE aprovaram conclusões do Conselho que apelam a um setor da aquicultura marinha e de água doce sustentável, resiliente e competitivo na UE. Conselho aprova conclusões sobre as novas orientações estratégicas para um setor da aquicultura mais sustentável, resiliente e competitivo (comunicado de imprensa, 18 de julho de 2022).

Para a nova reforma da PAC, a União Europeia aposta numa maior simplificação e maior orientação para os resultados, e fixou os seguintes objetivos específicos:

- 1)** Assegurar um rendimento justo;
- 2)** Aumentar a competitividade;
- 3)** Reequilibrar o poder ao longo da cadeia de valor;
- 4)** Tomar medidas em relação às alterações climáticas;
- 5)** Proteger o ambiente;
- 6)** Preservar as paisagens e a biodiversidade;
- 7)** Apoiar a renovação geracional;
- 8)** Promover zonas rurais dinâmicas;
- 9)** Proteger a qualidade da alimentação e da saúde.

As propostas da CE estão orientadas para uma nova arquitetura verde baseada em: 1) Medidas do tipo agroambiental, designadas por Regimes Clima/Ambiente de aplicação voluntária por parte dos agricultores; 2) Eco regimes de aplicação obrigatória por cada Estado Membro (EM), mas de aplicação voluntária por parte dos agricultores. Trata-se de um pagamento a atribuir a práticas agrícolas benéficas para o ambiente e clima, com compromissos que vão para além das condicionalidades e de outros requisitos básicos. Irão disponibilizar um fluxo de financiamento para impulsionar práticas sustentáveis, como a agricultura de precisão,

a agroecologia (incluindo a agricultura biológica), a criação de elementos paisagísticos, o armazenamento de carbono nos solos agrícolas e os sistemas agroflorestais; 3) Condiciona- lidades reforçadas face às atuais, de aplicação obrigatória – não só integram o conjunto de compromissos atualmente em vigor no âmbito do Greening, mas também outras relaciona- das com a gestão dos nutrientes, a preservação dos solos ricos em carbono através da pro- teção das zonas húmidas e turfeiras e a proibição de conversão de pastagens permanentes em terra arável em toda a Rede Natura 2000.

Neste contexto, torna-se fundamental e indispensável recorrer a medidas de política agrí- cola e rural que sejam capazes de garantir a viabilidade futura do maior número possível das explorações agrícolas no território MONTE ACE, respeitando os objetivos ambientais e territoriais da reforma em causa.

Neste contexto, torna-se fundamental garantir a expansão de técnicas e práticas agrícolas com impacto no rendimento das culturas anuais e permanentes, e dos prados e pastagens, que permitam aumentar a sua produtividade económica e contribuir para a neutralidade carbónica, o uso mais sustentável do solo e da água, a promoção de biodiversidade e o refor- ço da coesão económica e social dos territórios rurais mais fragilizados.

Significa, também, que se deverá desenvolver um sistema de acompanhamento com a capa- cidade de aconselhar os produtores locais nas alterações a introduzir nos respetivos sistemas de agricultura e de certificar, periodicamente, os resultados.

Alinhada com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, a nova PAC, que inevitavelmen- te afetará a maioria das explorações agrícolas do território MONTE ACE, definindo o rumo para onde a agricultura europeia caminhará, poderá facilitar a transição para um sistema alimentar mais resiliente e sustentável, bem como trazer benefícios económicos para as co- munidades locais, criando emprego e crescimento sustentável, proporcionar oportunidades de negócio e diversificar as fontes de rendimento dos agricultores.

Garantidamente, os sistemas agrícolas mais sustentáveis vão requer níveis elevados de ges- tão e competências por parte do agricultor ou da organização de produtores. As práticas biológicas são, em geral, mais respeitadoras do ambiente e, embora a produtividade tenda a ser menor em explorações biológicas e o custo da mão-de-obra superior em relação às explorações convencionais, a rentabilidade é geralmente maior devido aos preços premium e, em muitos países, ao pagamento de subsídios.

Por outro lado, uma parte significativa dos constrangimentos podem ser ultrapassados através do reconhecimento e valorização da sociedade em relação aos modos de produção mais sustentáveis, bem como a percepção de que estes sistemas geram maior quantidade de serviços de ecossistemas, os quais deverão ser justamente valorizados e remunerados.

Em suma, as empresas agrícolas em geral, e as que adotam o modo de produção biológica, em particular, podem optar por diferentes certificações para a valorização dos seus produtos.

As empresas deverão escolher implementar o sistema de certificação que melhor se adapta às suas atividades e aos seus clientes.

No entanto, uma coisa é certa, é necessário continuar a aposta ao nível dos aspetos produtivos, mecanização, seleção de raças e variedades e aposta na investigação e desenvolvimento. É necessário continuar a incentivar o lançamento de produtos inovadores e capazes de satisfazer as exigências e necessidades dos consumidores. Além disto, a aposta na criação de marcas, certificação de produtos, etiquetagem, rotulagem e criação de formas protecionistas e de identificação de forma a não serem vendidos como se fossem produzidos fora da região.

As grandes transformações no território da MONTE ACE só se conseguem através do reforço do Sistema Regional de Conhecimento, Tecnologia e Inovação ajustado ao perfil produtivo regional e fomentador dos níveis de competitividade do sector empresarial, particularmente, do conjunto dos sectores estratégicos regionais (tradicional e emergentes) respondendo, assim, aos desafios decorrentes da diversificação e modernização da base económica regional.

A expectativa da MONTE ACE é que no novo período de programação de fundos ocorram grandes transformações no território.

A transformação do território da nossa região por forma a torná-la mais competitiva e assente no desenvolvimento dum agricultura inteligente, é importante e fundamental atrair projetos inovadores que simultaneamente permitam, por um lado, a criação de novas empresas que fixem mão de obra jovem e especializada e por outro, reforçar os processos de investigação e contribuam para a modernização das empresas existentes, aumentando a competitividade e a criação de novos produtos. Consideramos também de importância extrema, atrair investimento estrangeiro que permita atração de novos residentes e facilite a criação de novas oportunidades de negócio e exportação dos nossos produtos.

O grande lago de Alqueva transformou profundamente a região, no entanto, existem fileiras estratégicas, favoráveis à criação de clusters, proporcionando a criação de Agroclusters que permitirão não só a cooperação entre empresas, beneficiando de economias de aglomeração,

com fixação de empresas complementares de diversos ramos, mas também o intercâmbio de novas tecnologias e a realização de missões internacionais com benefícios para a região. A região poderá ainda beneficiar da criação, no âmbito do PAR dos benefícios da criação de uma plataforma logística que dinamizará, não só a captação de investimento interno e externo, mas também a criação de um pólo dinamizador da economia de toda a região.

Não basta esforçarmo-nos em modernizar, criar e atrair as empresas, fazer intercâmbios de tecnologia e de novos produtos. É cada vez mais necessário a cooperação empresarial em todas as fileiras existentes, que se traduza não só na cooperação tecnológica, mas também na definição de uma estratégia conjunta em termos de compras coletivas de matérias primas, de forma que tenham poder negocial, que se traduzirá na diminuição dos custos de produção e consequentemente na maximização dos lucros, com reflexo na sua situação financeira.

**BIBLIOGRAFIA**

"Alentejo 2030 – Desafiar o Futuro" Contributo regional para a estratégia nacional Portugal 2030 – CCDR Alentejo;

Estratégia regional De especialização Inteligente EREI 2030 – CCDR Alentejo;

Estratégia regional De especialização Inteligente EREI 2020 – CCDR Alentejo;

Plano de Ação Regional 2020 – CCDR Alentejo;

Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação para o Alentejo Central 2014-2020 – CIMAC;

"Recuperar Portugal, Construindo o futuro" - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - Ministério do Planeamento;

Estratégia de Desenvolvimento Local – GAL Alentejo Central;

Fontes IW – instituto do Vinho e da Vinha;

Fontes PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo Fundação Francisco Manuel dos Santos

Fontes INE – Instituto Nacional de Estatística

Fontes GPP/Dados DGAV 2018

Plano Estratégico da PAC (PEPAC) 2013-2017

Website institucional da Comissão Europeia

Pacto Ecológico Europeu - Comissão Europeia

PAC 2021-2027

A estratégia "do prado ao prato" - Comissão Europeia

Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 - Comissão Europeia

**FICHA TÉCNICA****TÍTULO**

Diagnósticos e Relatórios setoriais nas áreas de especialização produtiva do território – Setor Agrícola e Agroalimentar

**AUTOR**

Monte-ACE

**CONSULTOR**

SÍMBOLOS AFIRMATIVOS – UNIPessoal, LDA

EQUIPA: António Francisco Costa da Silva (Coordenador) – Economista

Bruno Miguel Marques Guido Palma – Gestão de Empresas

Vera Sofia Carvalho Fernandes – Economista

**DESIGN**

Sugo Design, lda.

**DATA**

março 2023

**WEBSITE**

www.monte-ace.pt





ESTRATÉGIA DE  
DESENVOLVIMENTO  
LOCAL  
**2030**  
ALENTEJO CENTRAL



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020